

Ata da Reunião Ordinária do dia 30 de Setembro de 2025 do Conselho Estadual de Povos indígenas do Paraná – CEPI/PR.

Ao trigésimo dia do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, com início às nove horas e trinta minutos no Palácio das Araucárias, sala de reuniões do sexto andar, reuniram-se **Conselheiros Governamentais:** Jane/SEJU, Rosane/SESA, Melissa/SEED, Claudia/SEEC, Caroline/FUNAI, Dulcineia Galliano/SETI; Felipe Kamaroski/SEMIPI, Claudir Nowotny/SUDIS, Rosane S. Freitas/SESA, Aloísio Nascimento/SEDEF, Anna C./SETU, Melissa Bello/SEED, Silvana/SEED, Miriam Fuckner/SEAB, Dulcineia/SETI, Josieli Spenossato/SEEC, Claudia/SEEC, Caroline W./FUNAI, Miguel Alves/SEMIPI, Andre/SESP. **Conselheiros da Sociedade Civil:** Everton Cipriano/Etnia Kaingang, Valdemar da Silva/Etnia Kaingang, Fátima Lourenço/Etnia Kaingang, Rivelino de Castro/Etnia Guarani, Cornélio Veravy/Etnia Guarani, Adriano da Silva/Etnia Xetá, Marcia de Lima/AMIOR, Osmarina de Oliveira/CIMI, Eloy Jacintho/Etnia Guarani. **Instituições convidadas/ouvintes:** Schirle Margaret dos Reis Branco/IAT, Caê Marques/MPPR, Daniela Pinto/IBAMA, Luciana Rosas/FADEC, Aparecido Violi/SEPL, Anna Fana/SETU, Victoria P. Vilas Boas/SEMIPI, Vinicius Mesanda/SEMIPI, Hayanne Iovanovitch/SEMIPI, Rodolfo G. P./TJPR, Carla Marcelino/TJPR, Ivânia Santos/SEMIPI, Rita Mello, SEMIPI, Márcia Kulcheski/SEMIPI, Elaine Moreira/ABA, Ge Figueiredo/SEMIPI. Secretária Executiva/Anne Lima. Com o quórum composto, a **Secretária-Executiva/Anne Lima** realiza a **leitura e aprovação da pauta:** 1. Boas-Vindas do Presidente; 2. Verificação do quórum; 3. Leitura e Aprovação das Pautas; 4. Informes Geraí; 5. Relato das Comissões; 6. Aprovação das Atas do dia 21/08; 7. Criação do Grupo de Trabalho com foco no atendimento à criança indígena; 8. Fluxo de encaminhamento de protocolos; 9. Contato com a Aldeia Araçaí – Recriação do Conselho Parque Estadual da Serra da Baitaca; 10. Instalação de internet na comunidade de Sapopema; 11. Acompanhamento de reuniões junto a SUDIS – Terra Indígena Mangueirinha; 12. Convite Rota Turística Caminhos do Peabiru; 13. Criação de Grupo de Combate e Prevenção a Incêndios – Região Norte; 14. Uniformes escolares – Clevelândia – Terra Indígena Alto Pinhal; 15. Comunicação de saída do Célio – Suplente do Rivelino – edital de substituição; 16. Levantamento junto aos municípios do recursos das Leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc; 17. Criação do fundo CEPI/PR; 18. Informação das inclusões de demandas indígenas na LOA e LDO; 19. Manifestação de interesse de participação – João Francisco Ferraz de Lima – Itaipu Binacional – Sustentabilidade Indígena; 20. Apresentação de memorial de atuação – Felipe Kamaroski; 21. Encerramento. **Secretária-Executiva/Anne Lima:** declara que o Presidente está em outra reunião com a FUNAI. Com a ausência de um Vice, solicita que a Plenária eleja um

7
8
9
34 Presidente para a sessão. **A plenária**

35 **indica Dulcinéia/SETI. Dulcinéia/SETI:** faz a abertura da reunião. Uma vez que a Plenária
36 indicou que não há inclusão de pautas, solicita que sejam feitos informes. **Pauta: Informes e**
37 **Repasses. Secretária-Executiva/Anne Lima:** faz um informe a respeito da pauta 11: o Cacique
38 Miguel informou no dia anterior que a Terra Indígena Mangueirinha está em processo de eleição.
39 Sendo assim, a pauta ficará suspensa até que seja indicada a nova liderança da região. **Schirle**
40 **Branco/IAT:** fala que o Instituto Água e Terra está fazendo uma série de encontros que pautam
41 sobre as águas dos mananciais da região metropolitana de Curitiba. Dentre esses, tem o Parque
42 Histórico do Mate, com presença indígena. Nesse momento vão fazer os procedimentos de Consulta
43 Livre, Prévia e Informada para tratar de todas as questões relativas à presença indígena na APA do
44 Rio Verde. Afirma que será um momento para os indígenas agora no dia 02 às 10h; tem um GT
45 governamental que acompanha, com FUNAI, DPE e MP. Convida o Conselho a participar, pois
46 será um momento histórico. **Dulcinéia/SETI:** indica que as câmaras técnicas iniciem os relatos.
47 **Câmara Técnica de Educação. Pauta: Protocolo 23.302.519-4 - Dulcinéia/SETI:** inicia o relato.
48 Trata-se de um ofício enviado à SEED informando casos de racismo em escolas municipais de
49 Guaíra. Foi respondido pela SEED com a solicitação de mais informações a respeito das escolas e
50 das pessoas envolvidas. Fala que o ofício foi enviado pela diretoria geral da SEMIPI, então sugerem
51 que para um melhor direcionamento o protocolo seja retornado ao gabinete geral solicitando a
52 recuperação das informações referentes as unidades escolares envolvidas. Uma vez que essas
53 informações sejam fornecidas, deve ser encaminhada uma solicitação de averiguação e providências
54 à instituição de ensino envolvida, assim como às Secretarias Municipal e Estadual de Educação.
55 Também sugerem envio de ofício à Secretaria de Educação de Guaíra e à Secretária de Estado da
56 Educação reforçando a necessidade de intensificação da formação continuada dos profissionais de
57 educação a respeito da superação do racismo e valorização da cultura indígena no espaço escolar,
58 solicitando, ainda, informações das ações realizadas nesse sentido. Fala que é difícil solicitar uma
59 ação específica da SEED sem a informação de quais são as escolas; fizeram uma longa conversa
60 tentando achar caminhos para aferir a situação, mas realmente precisam dessas informações. A
61 orientação é que os ofícios sejam enviados por partes. **Encaminhamento:** 1. retorno do protocolo
62 ao gabinete geral da SEMIPI solicitando a recuperação das informações referentes as unidades
63 escolares envolvidas. 2. Uma vez que essas informações sejam fornecidas, deve ser encaminhada
64 uma solicitação de averiguação e providências à instituição de ensino envolvida, assim como às
65 Secretarias Municipal e Estadual de Educação. 3. ofício à Secretaria de Educação de Guaíra e à
66 Secretária de Estado da Educação reforçando a necessidade de intensificação da formação

13
14

15

67 continuada dos profissionais de

68 educação a respeito da superação do racismo e valorização da cultura indígena no espaço escolar

69 em todas as escolas de ambas as instâncias, solicitando ainda informações das ações realizadas

70 nesse sentido. **Everton Cipriano/Etnia Kaingang:** fala que conversaram sobre a questão da

71 formação de professores Estaduais e Municipais sobre racismo. Tratar da implementação da Lei

72 11.645 nas escolas sobre o racismo. Ela existe desde 2005, mas não é trabalhada da forma correta,

73 pois o indígena e o afrodescendente só são vistos em abril e novembro. O ideal é uma formação

74 para que os professores saibam tratar da questão; assim, a comunidade não-indígena pode mudar.

75 **Melissa/SEED:** reforça a necessidade de se obter mais dados sobre o caso de Guaíra. Precisam

76 saber qual a unidade, se professores estão envolvidos; pode ser o caso de advertências; se forem os

77 estudantes, precisam ser tomadas medidas, também, de forma específica nas escolas em que

78 ocorreram. **Pauta - Protocolo 24.154.812-0: Dulcinéia/SETI:** prossegue com o relato. Trata-se de

79 um ofício enviado pelo CEPI à SEED solicitando quatro aparelhos de ar-condicionado para a escola

80 Colégio Estadual Teko Nemoingo, localizada em São Miguel do Iguaçu. A SEED informou que

81 disponibilizará dois aparelhos à instituição; sugerem encaminhar a informação à instituição de

82 ensino pra ciência da mesma. **Encaminhamento:** enviar ofício à instituição informando que o

83 pedido foi parcialmente acatado pela SEED e serão fornecidos dois aparelhos de ar-condicionado.

84 **Pauta – Protocolo: 24.158.024-5. Dulcinéia/SETI:** informa que trata-se de um ofício enviado pelo

85 CEPI à SETI solicitando informações detalhadas a respeito de todas as políticas, projetos e ações

86 direcionadas às comunidades indígenas. Foi respondido com descrição dos eventos que levam aos

87 vestibulares da CUIA, realizados desde 2001; também informa sobre a oferta de cursos de

88 licenciatura de Português/Guarani, Português/Kaingang e Português/Xetá, atendendo demandas de

89 formação específica; ainda, vem sendo montado um Laboratório Didático Interinstitucional visando

90 a produção de materiais para as escolas indígenas. Ressalta que somente o vestibular leva um ano

91 para ser produzido; então, cada uma das entregas é de um trabalho de todo esse tempo.

92 **Adriano/Etnia Xetá:** fala que eles têm um pedido feito na reunião descentralizada do Conselho na

93 Terra Indígena de São Jerônimo da Serra, em que foi solicitada a construção de duas salas, pois os

94 professores de língua Guarani e Xetá dividem uma sala só. Afirma que, quando eles vêm na reunião

95 do Conselho, parece que tá tudo certo, mas quando chegam nas escolas está tudo bagunçado: a

96 internet não funciona, a escola pede quatro equipamentos e vêm só dois; então, é complicado. A

97 educação do Paraná é a primeira do Brasil e estão nessa situação: levam os alunos no laboratório

98 para ter aula e a internet não funciona, precisam voltar para sala de aula; até hoje não funciona. São

99 questões básicas que precisam estar brigando para arrumar; coisas que deveriam estar fluindo certo.

16
17
18

19
20
21
100 Às vezes, os professores estão sem
101 internet no celular e vai usar da escola e não conseguem para fazer a chamada. Coisas simples.
102 Tinham que estar funcionando tudo. Não sabe se nas outras aldeias as escolas estão funcionando
103 tudo certinho, mas na dele não está. Diz que não vai passar a mão na cabeça falando que está tudo
104 certo porque não está; tem coisa a ser feita na educação escolar indígena. São esses “detalhezinhas”
105 que vão complicando na formação. Os alunos sofrem quando vão fazer atividade escrita porque
106 uma sala atrapalha a outra, pois divide uma sala. Fala que eles encaminharam ao Conselho
107 solicitando e ele não viu nada sobre nas outras reuniões do Conselho. Pergunta se tem alguma
108 informação referente a isso. **Secretária Executiva/Anne Lima:** informa que esse não teve retorno
109 ainda; o único retorno que tiveram em relação à SEED foi o fechamento de um refeitório. **Everton**
110 **Cipriano/Etnia Kaingang:** relata que na sua escola também precisaram dividir salas e isso
111 dificulta bastante o trabalho; ainda, reforça o problema da internet nas escolas indígenas. Relata que
112 sofrem uma pressão do Estado para estar a todo momento fazendo chamada e volta e meia acaba a
113 luz. Inclusive, muito do que chega do conteúdo do Estado que precisam passar não faz sentido nas
114 escolas indígenas, pois é voltado para fazer a Prova Paraná. Observa que um dos motivos para o
115 índice baixo dos colégios de territórios indígenas é por eles terem disciplinas diferentes. Por
116 exemplo, os estudantes indígenas têm uma disciplina chamada “História e Direitos Indígenas”;
117 enquanto as pessoas de fora têm “História Econômica do Paraná”. Aponta a contradição em ter uns
118 sendo ensinados a preservar e outros a ganhar dinheiro. Afirma que por essas e outras questões
119 precisam trabalhar de uma forma diferente. Além disso, muitas vezes as pessoas presentes no
120 Conselho não pisaram na aldeia. É muito difícil falar com uma pessoa que não foi na aldeia
121 conhecer a realidade, pois trabalham com o mínimo de internet, não podem fazer as suas colocações
122 em um programa que vem de cima; quando vem de cima fica difícil de trabalhar. **Melissa/SEED:**
123 faz uma colocação a respeito da fala do Adriano sobre a Cacique Kofêj. De fato, tramitaram vários
124 protocolos. O que precisa ficar nítido é que na sessão de ontem não foi apresentado nenhuma
125 resposta dos pedidos, mas já passou, e algumas respostas já foram informadas anteriormente.
126 Reforça que, como foi dito na reunião em que os pedidos foram apresentados, a escola está com
127 algumas questões referentes à prestação de contas; já tiveram reuniões a respeito, mas enquanto não
128 regularizar essa situação ficam impedidos de liberar recursos para a reforma. Isso afeta diretamente
129 a questão das salas. Uma vez que isso for resolvido, há possibilidade de receber recurso por meio do
130 [Programa] Escola Mais Bonita que muitas escolas receberam. Observa a necessidade das escolas
131 entrarem em contato com o núcleo regional antes de recorrerem ao Conselho. Assim, é possível
132 seguir o trâmite correto pelo fluxo da própria Secretaria, pois o Conselho deveria ser pensado para

25
26
27
133 fazer uma ação maior de políticas
134 voltadas para o todo, pois, às vezes, o protocolo vem pelo Conselho e vai direto para SEED; porém,
135 há um fluxo próprio da Secretaria para cada tipo de demanda. Então, é importante que as escolas
136 sigam o fluxo interno. Questiona se teria como recuperar esses protocolos, pois alguns já tramitaram
137 e passaram pelo Conselho; inclusive, foram devolvidos ao colégio da comunidade. **Adriano/Etnia**
138 **Xetá:** fala que o recurso do Escola Mais Bonita foi recomendado para resolver a questão das vigas
139 da escola, que estão bem debilitadas, colocando os alunos e funcionários em risco. As salas não se
140 enquadram porque o recurso não pode ser utilizado para isso. **Encaminhamento: recuperar os**
141 **números de protocolo da Cacique Kofêj para análise.** **Dulcinéia/SETI:** informa que a solicitação da
142 reunião anterior de que seja incluído um representante Xetá na comissão interétnica de
143 homologação das inscrições do vestibular está aprovada e em andamento. **Pauta – Protocolos**
144 **24.179.145-9/24.633.311-4. Dulcinéia/SETI:** fala que trata-se de um *e-mail* encaminhado ao CEPI,
145 e posteriormente protocolado, solicitando a construção de um refeitório fechado para a comunidade
146 de Marrecas, em Turvo. Consta em um dos protocolos um modelo de croqui proposto pela SEED
147 para realizar o pedido. A Comissão sugere encaminhar os protocolos à instituição de ensino para
148 ciência, com a recomendação de que abram um novo protocolo ao Núcleo Regional de Educação
149 com os detalhes do pedido para adequação das instalações, pois o protocolo seguiu o caminho
150 contrário; quando vai direto para a Secretaria de Educação, ela não tem condições de atender ao
151 pedido de maneira adequada. **Encaminhamento: encaminhar os protocolos à instituição de ensino**
152 **para ciência, com a recomendação de que abram um novo protocolo ao Núcleo Regional de**
153 **Educação com os detalhes do pedido para adequação das instalações.** **Câmara Técnica de**
154 **Território e Saúde. Pauta – Protocolo 24.522.726-21. Mirian Fuckner/SEAB:** inicia o relato.
155 Trata-se de um ofício da SUDIS com relatos das reuniões sobre a TI Mangueirinha e informando
156 sobre nova reunião com data a ser definida. Como foi relatado no início da reunião, vão aguardar
157 passar a eleição da nova liderança para marcar a reunião. **Pauta – Protocolo 24.640.952-8. Mirian**
158 **Fuckner/SEAB:** trata-se também da TI de Mangueirinha, a respeito de licenciamento corretivo. A
159 Câmara recomenda que os dois protocolos sejam apensados, pois são a respeito de demandas
160 similares e da mesma região; assim como aguardar a eleição para prosseguir com a demanda.
161 **Encaminhamentos: 1. apensar os proctolos 24.522.726-21 e 24.640.952-8. 2. acompanhar o**
162 **andamento das eleições da TI de Mangueirinha e, uma vez eleita a nova liderança, marcar uma**
163 **reunião para resolução das demandas.** **Pauta – Protocolo 24.157.830-5. Mirian Fuckner/SEAB:**
164 fala que trata-se de ofício à SESA solicitando informações acerca das políticas, projetos e ações
165 voltadas aos povos indígenas do Paraná. A resposta do órgão foi bastante minuciosa sobre as

31
32
33
166 políticas públicas que elas ofertam:
167 sobre saúde da mulher, a questão da vacinação, os tratamentos de urgência com relação direta com
168 o Dsei, assim como as ações especializadas voltadas à saúde mental. No entanto, apesar do relato
169 minucioso, a Comissão entendeu que no que tange a essas políticas públicas, que as Secretarias
170 fossem convidadas a vir pessoalmente na reunião do Conselho expor essas questões, pois assim
171 podem ouvir dúvidas e sugestões. Observa que, aparentemente, o objetivo é informar a população
172 sobre. Entendemos que nada melhor do que uma conversa olho no olho. Propõem que a Secretaria-
173 Executiva do Conselho elabore um cronograma para que essas Secretarias venham expor as
174 políticas públicas voltadas aos povos indígenas. **Encaminhamento:** fica a cargo da Secretaria-
175 Executiva do Conselho elaborar um cronograma para que essas Secretarias venham expor as
176 políticas públicas voltadas aos povos indígenas. **Pauta – Protocolo 24.142.097-3. Mirian**
177 **Fuckner/SEAB:** explica que trata-se de um ofício enviado à COHAPAR, solicitando uma reunião
178 para tratar de uma política de habitação para comunidades indígenas. Houve um retorno informando
179 que não há, no âmbito do Estado, uma política de moradias às terras indígenas. Aponta o programa
180 do Governo Federal. Também acataram a sugestão do Conselho de fazer uma reunião e se
181 disponibilizaram para o dia primeiro de outubro às nove da manhã. **Encaminhamento:** Eloy/Etnia
182 **Guarani será o representante do Conselho na reunião. Pauta – Protocolo 22.799.184-4. Mirian**
183 **Fuckner/SEAB:** trata-se de um ofício do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa
184 solicitando informação sobre população idosa nas terras indígenas. Notaram que ele está parado,
185 então, a Comissão sugere que se dê andamento ao protocolo. Houve uma solicitação de comparação
186 de dados entre os apresentados no protocolo e outros enviados pela FUNAI, mas observaram que os
187 dados não estão completos, tem apenas do Oeste. Além disso, a temporalidade dos dados não
188 batem, pois um é do ano anterior e outro do presente ano. A comissão definiu que os dados não
189 permitem comparação e eles não têm competência para fazer essa análise, pois as populações
190 mudam bastante; cabe à SEMIPI fazer esses acompanhamento. Se posiciona falando que o
191 Conselho é um espaço para se discutir políticas estratégicas mais amplas. E deveriam evitar ficar
192 nesse troca-troca de ofícios entre as Secretarias e dessem uma ênfase na construção do Plano
193 Estadual de Políticas para a população indígena. Em breve vão ter uma Conferência e precisam
194 desse material. Sugere que a dinâmica de funcionamento do Conselho, para que eles discutam
195 políticas de maneira mais abrangente, uma das formas é chamar aqui as Secretarias para discutir
196 essas políticas. **Cauê Marques/MPPR:** observa que a Comissão também sugere encaminhar o
197 ofício do CEDIPI à SESAI para que sejam enviados os dados referentes a população idosa de todo o
198 Paraná. **Encaminhamento:** encaminhar o ofício do CEDIPI à SESAI para que sejam enviados os

37
38
39
199 dados referentes a população idosa de
200 todo o Paraná. **Hayanne Iovanovitch/SEMIPI:** pede licença para comentar sobre a questão do
201 plano de políticas públicas. Explica que, com a saída da Taíse, ela assumiu como Coordenadora de
202 Povos e Comunidades Tradicionais; já estava na Secretaria como Técnica há dois anos, e também
203 como Secretária do Conselho Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse contexto, vem
204 hoje como observadora pela Secretaria, e a questão do Plano Estadual de Políticas Públicas para
205 povos indígenas, para Povos e Comunidades Tradicionais e das questões voltadas à igualdade
206 racial, eles estão no processo de fechar um Acordo de Cooperação Técnica com a UNESPAR; estão
207 contando com o apoio da professora Dulcinéia, que representa a SETI hoje no Conselho, para a
208 construção dos três Planos. Pretendem iniciar a construção dos Planos ainda esse ano e fazer a
209 entrega no primeiro semestre ano que vem. **Mirian Fuckner/SEAB:** destaca uma questão de
210 metodologia. Ouviram as demandas da comunidade na Conferência e tem agora o Conselho
211 também, mas, tanto agora nas propostas, quanto na execução, precisam ter a participação de
212 diferentes Secretarias porque a SEMIPI sozinha não dá conta da complexidade da questão de toda
213 essa população. É importante que as Secretarias sejam ouvidas e que se comprometam com o plano.
214 **Hayanne Iovanovitch/SEMIPI:** a metodologia ainda está sendo definida. Tanto a UNESPAR
215 quanto a SEMIPI vão indicar uma equipe para essa construção. Garante que essas questões a
216 respeito das outras Secretarias vão ser levadas em consideração. **Câmara Direitos Humanos e**
217 **Direitos Específicos. Pauta – 24.157.779-1. Claudir/SUDIS:** trata-se de ofício enviado do CEPI à
218 SESP solicitando informações acerca das políticas, projetos e ações voltadas aos povos indígenas. O
219 parecer da Câmara é ciência em relação ao conteúdo e entende que não há nenhum projeto
220 específico voltado a comunidades indígenas. **André/SESP:** informa que o Programa Mulher Segura
221 já está sendo aplicado em terras indígenas. Até o momento, passaram por Rio das Cobras,
222 Mangueirinha, Kakané Porã, Território Sagrado de Piraquara, Apucarantina e no litoral com as
223 palestras. Afirma que conversou com os conselheiros ontem e apresentou a dificuldade que estão
224 tendo com algumas lideranças que não liberam a palestra. No mês de novembro vão estar na região
225 de Guarapuava e Ponta Grossa. Têm disponibilidade para fazer a palestra da aldeia de Pitanga;
226 precisam do contato da liderança para conseguir autorização. Também observa que eles têm feito
227 acompanhamento de casos de violência contra as mulheres indígenas dentro de territórios; a
228 patrulha Maria da Penha faz a visita quando solicitada. Além disso, levam as palestras de prevenção
229 ao uso de drogas com o PROERD. Essas são as ações com as comunidades indígenas. Ainda
230 explica que eles possuem a limitação da competência, pois as terras indígenas são de
231 responsabilidade federal, força nacional e FUNAI. **Encaminhamento:** ciência em relação ao

43
44
45
232 conteúdo. Pauta – Protocolo
233 **24.157.868-2. Claudir/SUDIS:** trata-se do mesmo pedido de informações de projetos, políticas e
234 ações voltadas a povos indígenas, só que para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Família.
235 **Pauta - Protocolo 24.158.006-7. Claudir/SUDIS:** trata-se também do mesmo pedido de
236 informações de projetos, políticas e ações voltadas a povos indígenas, só que para a Secretaria de
237 Estado da Agricultura e do Abastecimento. Fala que, pelo que entenderam, a maioria das
238 Secretarias não têm políticas voltadas especificamente aos povos indígenas. Então, seria
239 interessante pensar esse convite para solicitar esse recorte. **Schirle/IAT:** faz uma contribuição. As
240 falas de hoje são muito oportunas. Sugere dividir esses convites dentro dos eixos temáticos da
241 Conferência convidando as Secretarias competentes por cada tema e fazendo uma Mesa Redonda
242 com as Secretarias. Afirma que se for chamar todas as secretarias será demorado, mas as temáticas
243 organizam e dá para chamar várias por vez. **Encaminhamento:** organizar o cronograma de convite
244 às Secretarias com base nos eixos da conferência, trabalhando com temáticas e convidando as
245 Secretarias competentes por cada uma. Tendo como metodologia uma espécie de Mesa Redonda
246 para construção de políticas públicas amplas. Pauta – Leitura e Aprovação da Ata do dia 21 de
247 **agosto. Schirle/IAT:** fala que já avisou no grupo, mas reforça a questão de colocar a presença dos
248 convidados, pois ela estava presente. O Ministério Público estava presente com Beatriz e Cauê,
249 assim como a Defensoria Pública estava presente, pois são designados a vir. A instituição está
250 presente com representantes específicos; então, pontua a necessidade de constar os nomes
251 completos. **Secretária-Executiva/Anne Lima:** informa que a Secretaria vai realizar as alterações
252 necessárias antes da publicação. **Encaminhamento:** ata aprovada com a inclusão nominal dos
253 convidados. Pauta – Convite Rota Turística Caminhos do Peabiru. Ana/SETU: se apresenta.
254 Está como Coordenadora de Gestão e Sustentabilidade na Secretaria de Estado do Turismo desde
255 dois mil e vinte e três (2023), ano em que ela tomou conhecimento do Projeto de Rota Turística que
256 estava sendo desenvolvido junto à Secretaria de Planejamento. Fala que pretende fazer uma breve
257 apresentação sobre o processo de construção do projeto. Eles têm dois objetivos ao fim da
258 apresentação, que é um convite para que o Conselho faça parte da comissão de acompanhamento do
259 plano de implementação da Rota Turística Caminhos do Peabiru. Também, receberam como
260 sugestão da Ivânia, a constituição de um Grupo de Trabalho com os três Conselhos de Povos
261 Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, pois
262 no Estado do Paraná, nunca foi trabalhado com turismo de base comunitária, e a ideia é fazer isso.
263 Assim, as comunidades são protagonistas no desenvolvimento do turismo em seus territórios; essa é
264 uma pauta que possui projeto de lei dentro da ALEP. Para realizar isso, entendendo realmente as

265 possibilidades de desenvolvimento

266 socioeconômico das comunidades, a promoção, divulgação e valorização dos seus saberes.
267 Necessitam saber quais são as comunidades que estão preparadas e interessadas em desenvolver o
268 turismo em seus Territórios, e só podem fazer isso em contato direto com as lideranças dessas
269 comunidades. Afirmam que existem modelos no País de projetos dentro de comunidades tradicionais
270 que tiveram sucesso e apresentaram melhoria na qualidade de vida local. A ideia é sair, no final da
271 conversa, se for do interesse do Conselho, um Grupo de Trabalho para desenvolver o turismo de
272 base comunitária do Estado, o que deve também entrar no Plano de Políticas Públicas, caso haja
273 esse interesse. Explica que vai fazer uma contextualização voltada à questão do Turismo por ser a
274 sua formação. Há várias trilhas de longo prazo sendo desenvolvidas pelo país. Porém, eles têm essa
275 trilha de longo curso que se pretende passar de leste a oeste do Estado, e não é uma trilha qualquer,
276 pois ela está falando de um caminho ancestral, utilizado pelos povos originários e explica muito do
277 Brasil ser chamado assim. É uma responsabilidade muito maior que outros tipos de políticas para
278 trilhas de longo curso. A nível local são trilhas de vinte e quatro horas, e a nível estadual/nacional,
279 trilhas de até vinte e oito dias. Existe um público que tem interesse em fazer esses percursos e há
280 um potencial de geração de recursos aos empreendimentos locais. Assim, eles têm o duplo desafio
281 de fazer a Rota respeitando a ancestralidade desse caminho, trazer essa História, até mesmo
282 silenciada, dar a oportunidade dessa narrativa ser dita de outra forma, pois todos os registros foram
283 feitos por colonizadores. Destaca a pretensão de fazer do Caminho do Peabiru contar uma história
284 silenciada e fortalecer uma luta de reconhecimento e de salvaguarda dos saberes. Para isso,
285 precisam de uma inclusão real e participativa. Fala um pouco sobre a História do Caminho, sendo
286 uma rede de trilhas que cruzavam da América do Sul, ligando o Atlântico ao Pacífico, percorridos
287 por diferentes povos indígenas e, mais tarde, por colonizadores europeus. Ao longo tempo, os
288 caminhos se modificaram, muitos se transformaram em estradas, a ascensão da urbanidade e da
289 agricultura também mudaram bastante a configuração territorial do Estado. O nome “Peabiru”
290 provavelmente não é um nome indígena, mas sim uma grafia “oportuguesada”; é oriunda do falar de
291 indígenas Guarani “Peabeyú”, significa “Caminho Antigo de ida e volta” ou “Caminho Gramado
292 Amassado”. Para esses povos, o caminho tem um significado espiritual, conectando e guiando em
293 direção à “Terra Sem Mal”. Seriam caminhos vinculados à relação entre a Terra e o Céu. Relata que
294 em um dos encontros realizados, a liderança Juliana Kerechu afirmou que não é apenas um traçado
295 fixo, mas sim um caminho espiritual coletivo. O objetivo é estabelecer esse diálogo de saberes, uma
296 conexão que une pessoas, territórios e culturas, como uma travessia que simboliza caminho,
297 movimento, transformação. Incluindo a ideia de encontro entre coletividades, troca, diálogo, assim

55
56
57
298 como o resgate de memórias e da
299 ancestralidade, com a História e experiência turística e as trocas culturais decorrentes do turismo.
300 Apresenta a linha do tempo. A ideia surgiu no Estado em dois mil e cinco. Em dois mil e vinte e
301 dois saiu o primeiro instrumento legal com a Lei 21.046, que declara a Rota Transcontinental
302 Caminhos do Peabiru como Patrimônio de Natureza Cultural Imaterial Paranaense, abrangendo
303 tanto o trecho simbólico principal, quanto os ramais secundários. Determina que o Poder Executivo
304 realize os devidos registros e providências para inscrever formalmente esse patrimônio cultural nos
305 livros oficiais do órgão competente. Apresenta uma primeira versão do mapa, que mostra também
306 conexão com São Paulo nas regiões dos Campos Gerais no Vale do Ribeira, na região sul do estado
307 próximo a Santa Catarina. O próximo instrumento legal foi a Lei 21.208, que declara o Caminho
308 como Rota Turística oficial do Estado e estabelece objetivos e diretrizes voltadas à promoção,
309 aproveitamento e gestão dos atrativos ambientais, históricos e culturais que compõem a Rota. No
310 artigo quarto são as diretrizes para a utilização da Rota com a elaboração de um Plano de
311 Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS. Tal Plano está sendo elaborado junto
312 à FADEC/UEN. Quando entraram, o Projeto já tinha todo um histórico. Sendo assim, instituíram
313 um decreto para estabelecer um programa de Estado responsabilizando os municípios pela
314 implementação local, com promoção da inclusão comunitária, empresarial e governamental. Dessa
315 forma, o programa é feito de baixo para cima. O objetivo do decreto foi garantir a continuidade do
316 projeto independente das flutuações de cargo. Na Rota final, noventa e sete municípios aderiram,
317 com a participação da Secretaria de Planejamento na articulação de recursos entre as Secretarias
318 estaduais e municipais. Fala que foi desenvolvido um manual operativo pela SETU que estabelece
319 as condições para adesão dos municípios. Existem lugares em que existem conflitos sérios e os
320 municípios aderiram, mas tem uma série de restrições em tratar do tema. O Projeto será feito de
321 dentro para fora, tendo os municípios como coprodutores da experiência turística. A ideia do Grupo
322 de Trabalho para acompanhamento do Caminho é: ser um lugar de escuta crítica e respeitosa;
323 repensar como, com quem e para quem traçamos a Rota; pensar o caminho entre o material e o
324 simbólico; entender a transformação radical dos caminhos com o agronegócio, urbanização e
325 políticas de ocupação territorial. Para os Guarani é um caminho sagrado, relata que em alguns
326 encontros falaram que, por um lado, estão felizes pelo desenvolvimento socioeconômico, mas, por
327 outro, ficam tristes por ser esse lugar especial para eles. Então, precisa ser feito com respeito e com
328 escuta de cada uma das comunidades para saber como elas vão querer que seja desenvolvido. Fala
329 sobre os desafios, especialmente a extensão territorial e heterogeneidade dos caminhos, assim como
330 a construção participativa. A ideia é que o turismo de base comunitária seja um política de Estado

61
62
63
331 estruturada e incluída nas LOAs.
332 Fizeram oficinas em onze municípios e tiveram participação de gestores públicos e sociedade civil.
333 O desenho da Rota foi feito em conjunto, pensando em sítios arqueológicos e comunidades
334 tradicionais, assim como na disponibilidade e desejo das comunidades em participarem. Relata que
335 algumas comunidades participaram da oficina, mas não estão no traçado da Rota, e a SETU vai
336 auxiliar nos projetos de turismo que essas comunidades têm interesse. Cada município fez um
337 tratado; realizaram visitas técnicas nas comunidades para avaliar a viabilidade das Rotas. Foi feito
338 um tutorial pela SETU para orientar esse trabalho. Explica que foram levadas em consideração
339 também as condições físicas das trilhas, elaborando projetos para segurança e melhoria de alguns
340 trechos. Além disso, houve um plano de visitação e regramento de um sítio arqueológico, assim
341 como para um território indígena. Fala sobre a comissão de acompanhamento que irá monitorar a
342 execução dos produtos em que o Conselho está convidado a participar. **Everton Cipriano/Etnia**
343 **Kaingang:** questiona sobre a questão que ela comentou das mulheres pararem de ir para a cidade
344 vender o artesanato. **Ana/SETU:** explica que se trata de uma comentário da Juliana Kerechu no
345 caso específico das mulheres que precisam sair da Ilha da Cotinga para vender o artesanato, o que é
346 muito caro, e, por muitas vezes, a venda não cobre os custos de deslocamento. Então, para esse
347 caso, seria interessante que elas pudessem promover espaços próprios de venda dentro da Ilha, com
348 as pessoas indo até lá para deixar esses recursos. Esse é o caso deles, e cada Território vai
349 desenvolver o turismo em seu Território, com seus próprios protocolos. **Everton Cipriano/Etnia**
350 **Kaingang:** fala que sentiu falta da presença do professor Arleto, que tem essa explicação mais
351 voltada para a espiritualidade do Caminho com significados que atravessam muitos Povos. Comenta
352 sobre a necessidade de irem na Terra Indígena Ivaí, que teve projetos relacionados ao Caminho, e
353 também a comunidade indígena Guarani, em Campo Mourão, na comunidade Barreiro das Frutas,
354 que está à beira do Caminho Peabiru. Frisa a importância de sair do asfalto e pisar na terra; muitas
355 vezes falta isso, ir até as comunidades. **Schirle/IAT:** fala da importância do Caminho, dos fatores
356 sociológicos e históricos em sua formação. Aponta a importância de chamar diversas Secretarias a
357 participar. Observa a questão de Consulta Livre, Prévia e Informada, pois todos os atos
358 administrativos precisam ser apresentados à comunidade indígena dessa forma, pois eles têm esse
359 direto de ser ouvidos e se pronunciarem de sua própria maneira. **Ana/SETU:** explica que diversos
360 órgãos, tanto estaduais, como municipais, estão presentes, inclusive universidades. Na reunião
361 passada, cada instituição falou como iria contribuir. Afirma que, infelizmente, nunca é ideal. Estão
362 fazendo esse trabalho colaborativo. As visitas e apresentações também pretendem convidar
363 representantes de comunidades de outros Estados que têm a experiência com o turismo de base

67
68
69
364 comunitária para falarem sobre com a
365 Comissão. **Dulcinéia/SETI:** Reforça a importância da Consulta, pois é uma medida que não passa
366 apenas por alguns representantes, mas nas comunidades em si, para que a maioria da população
367 envolvida possa fazer parte dessas decisões e entender do que se trata. Inclusive, para a Comissão
368 seria importante que as próprias comunidades possam eleger seus representantes. **Ana/SETU:**
369 questiona como fariam isso, pois a Rota passa por caminhos específicos, e nem todos os municípios
370 estão abertos a essa conversa. Inclusive, na região oeste, quando foram fazer a oficina, falaram que
371 ali não podiam falar nada da questão indígena. Porém, a equipe reforçou que o projeto tem esse
372 enfoque, e foi uma oficina bem tensa. Tiveram que conduzir com bastante cuidado. Afirma que tem
373 essas regiões que não vai ser simples. Pergunta se teriam pessoas que possam orientar eles nesse
374 sentido. **Schirle/IAT:** explica que a convenção nº 169 da OIT é para garantir esse direito de fala e
375 de memória dos povos e comunidades tradicionais. Uma oficina é aberta a todos; uma Consulta é
376 somente para o Povo que vai ser afetado ,pois eles têm histórias e contextos muito importantes. Se
377 coloca à disposição. Fala que o Felipe da SEMIPI também tem experiência nessas questões.
378 **Secretária Executiva/Anne Lima:** questiona se são, então, dois encaminhamentos: a solicitação de
379 que se inicie o processo de CLPI nas comunidades que estão no traçado e a composição da
380 comissão de acompanhamento. **Schirle/IAT:** reforça que é uma questão mais voltada às
381 comunidades que fazem parte do traçado, até para não criar expectativas falsas para outras
382 comunidades. **Secretária Executiva/Ana Lima:** informa que o NUIER da Defensoria Pública e o
383 MPPR se colocaram à disposição para auxiliar na CLPI através do *chat*. **Cauê Marques/MPPR:**
384 observa que a CLPI também precisa ser realizada conforme as tradições de cada comunidade. É um
385 fator que diferencia a CLPI de uma consulta pública generalizada, pois precisa respeitar as formas e
386 termos das comunidades. **Dulcinéia/SETI:** fala que o próprio traçado precisa ser avaliado pelas
387 comunidades, pois pode ser o caso de ter desviado de alguma delas. **Ana/SETU:** fala que, quando
388 se trata de uma trilha de longo curso, é normal que haja caminhos intermediários e é uma coisa que
389 pode ser adicionada posteriormente, mas também dependem da disposição dos municípios de
390 compôr o Projeto. **Dulcinéia/SETI:** fala que o que chamou atenção nas oficinas foi a participação
391 muito pequena das comunidades indígenas. Pode ser que, em muitos lugares, as comunidades nem
392 ficaram sabendo do traçado. É importante consultar essas comunidades e manter em mente essa
393 possibilidade de reformular o traçado. **Adriano/Xetá:** fala que o Caminho tem uma Rota por
394 Umuarama que envolve a Etnia Xetá; estão buscando a demarcação do Território Herarekã Xetá.
395 Afirma que gostariam de saber mais do pessoal deles que estão lá, se foi conversado com eles, seria
396 muito importante para a região norte. **Felipe/SEMIPI:** comenta com relação ao território Xetá. No

73
74
75
397 município de Umuarama, próximo a
398 Ivaté. Explica que a terra está em litígio e, no momento, está com o Banco Bradesco. Há previsão
399 de acontecer a demarcação. Há pessoas Xetá que vivem no município. **Ana/SETU:** fala que
400 Umuarama não faz parte dos 97 municípios da rede. Nesse primeiro momento, eles não têm
401 condições de incluir outros municípios, precisam primeiro concluir esse processo e depois podem
402 abarcar outros. Observa que já têm mais quinze municípios interessados, mas só vão ser incluídos
403 posteriormente. Pensando que é um programa de longo prazo, então pode ser incluído, mas até maio
404 de dois mil de vinte seis não serão incluídos outros além dos 97. Porém, a ideia é que eles já
405 desenvolvam a questão do turismo comunitário no GT, até mesmo para que possam entrar na LDO
406 e na LOA. **Encaminhamento:** 1. solicitar que seja iniciado o processo de CLPI nas comunidades
407 que fazem parte do traçado. 2. Comissão de acompanhamento – Felipe/SEMIPI, Josi/SEEC. 3. GT
408 de Turismo de Base Comunitária – Adriano, Márcia, Miguel. **Pauta – Criação Grupo Combate e**
409 **Prevenção a Incêndios – Região Norte.** **Adriano/Etnia Xetá:** fala que foi encaminhado o ponto
410 de pauta, pois na região norte estão tendo muito problema com incêndio nos últimos cinco anos,
411 tanto nas comunidades, quanto nas fazendas vizinhas. Isso tem afetado bastante as comunidades;
412 muitas vezes afeta as estradas e eles não conseguem controlar. O município também não consegue
413 dar suporte. Chegaram a ir lá com um caminhãozinho, mas não conseguiu ajudar muito. Quando
414 houve um incêndio, que queimou mais de quarenta cinquenta hectares, até conseguirem controlar...
415 Por isso, pediram esse suporte para formação de um grupo de combate ao incêndio para monitorar a
416 comunidade arredores na época de seca. **Daniela/IBAMA:** explica que o Ibama possui um
417 programa federal de brigadas. No Paraná tem um programa implementado e formaram, em 2022,
418 uma brigada na Terra Indígena Rio das Cobras, que é contratada por seis meses, junho a novembro,
419 no período crítico. Esse ano, iniciaram uma também no território quilombola de Adrianópolis.
420 Afirma que esse Programa é pautado em regiões federais em que se faz necessário devido ao risco
421 de incêndio. Há uma questão orçamentária; os recursos são limitados, porém, dentro do programa,
422 eles têm a formação de brigadas voluntárias. Fizeram um curso do tipo em Manguaçu. Tinham
423 proposto a formação em São Jerônimo da Serra, Barão de Antonina e Marrecas no corrente ano.
424 Trouxeram um instrutor de brigadas indígenas de Roraima. Porém, o Ibama tem um acordo de
425 cooperação técnica com a FUNAI para atuação nos territórios indígenas no programa federal de
426 brigadas. Nesse contexto, a coordenação de Guarapuava demandou, e eles planejaram essas três
427 formações no Estado. Entretanto, por motivações e planos desconhecidos por ela, a FUNAI, a nível
428 federal, decidiu que não fariam as formações nesses territórios; inclusive, o convidado do povo
429 Wapichana já estava no Paraná para realizar a formação, e tiveram que direcionar ele a um

79
80
81
430 treinamento nas brigadas já existentes
431 para fazer valer a viagem. Propõe que o Conselho reforce junto à FUNAI essa necessidade, pois o
432 Ibama tem uma limitação de recursos para implementar e contratar os brigadistas, como em Rio das
433 Cobras, mas eles têm a disponibilidade para realizar as formações. Por isso, precisam de parceiros
434 locais. Desde o ano passado, eles têm a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, que a
435 intenção é integrar todos os agentes locais, além das comunidades, contando com interface de
436 empreendimentos. Em Marrecas, uma empresa de produção de erva-mate tinha essa intenção de
437 colaborar para formação na comunidade, mas o curso foi vetado. Observa que eles não puderam
438 realizar o curso e, cerca de quinze dias depois, ocorreu esse incêndio. Tiveram que, de maneira
439 emergencial, levar alguns brigadistas de Rio das Cobras para tentar fazer o mínimo, pois eles não
440 são instrutores, mas foi algo muito paliativo, com instrumentos limitados e na tentativa de auxiliar
441 alguns voluntários da comunidade. Nota que lidar com o fogo é uma atividade de risco e complexa.
442 Seus brigadistas possuem seguro de vida; então, foi um treinamento limitado, pois o pior seria
443 alguém da comunidade se arriscar. Reforça a necessidade da FUNAI se organizar para que eles
444 possam fazer essas formações no próximo ano. Fala que os brigadistas que foram atender a
445 comunidade eram das etnias Kaingang e Guarani. Fizeram uma atividade muito bonita que atingiu
446 cento e seis estudantes nas escolas e onze professores. O programa de brigadas se pauta na
447 prevenção e combate, sendo este o último manejo. As atividades preventivas são prioritárias e
448 incluem educação ambiental. Falam sobre as práticas agrícolas alternativas e sustentáveis que fazem
449 o uso do fogo. Afirma que o potencial para formação dessas brigadas existe. Coloca o IBAMA
450 PREVFOGO à disposição. Estão em contato com as comunidades, mas precisam desse apoio da
451 FUNAI, pois foram impedidos de fazer uma atividade que estava planejada desde o ano passado, e
452 o resultado veio na sequência. **Miguel Alves/Etnia Kaingang:** questiona se existe contrapartida da
453 FUNAI no programa. **Daniela/IBAMA:** fala que existe dentro do ACT. Quando eles instalam a
454 brigada, dependem da FUNAI para questão de alimentação, por exemplo. Fala que pode mandar o
455 acordo para análise do Conselho. Tem também aquilo que a comunidade precisa fornecer, como um
456 espaço para a instalação da brigada, mas o acordo prevê atribuições de ambas as partes.
457 **Encaminhamento:** 1. acionar a FUNAI para retomar o acordo para formação em Marrecas, São
458 Jerônimo da Serra e Barão de Antonina. 2. questionar a Defesa Civil sobre a possibilidade de
459 atender a demanda. 3. solicitar à SEMIPI a inclusão de indígenas no curso de formação de
460 brigadistas. 4. oficiar o MPF para retificar a questão junto à FUNAI. 5. solicitar ACT FUNAI e
461 Ibama à Daniela para ciência da plenária. **Pauta – Contato com Aldeia Araçaí – Recriação do**
462 **Conselho Parque Estadual da Serra da Baitaca. Schirle/IAT:** reforça a importância da

85
86
87
463 participação da comunidade no
464 Conselho, é preciso um nome de titular e suplente para compor o conselho. O conselho vai ser
465 paritário e está sendo organizado pela chefe da unidade. Fala que a Carol da FUNAI, tem contato
466 com a comunidade e poderia fazer essa ponte. **Encaminhamento: solicitar à Carol/FUNAI para**
467 **entrar em contato com a comunidade de Araçaí para indicação de um titular e um suplente**
468 **conselheiros ao Conselho Parque Estadual da Serra da Baitaca. Pauta – Instalação de Internet**
469 **Aldeia Sapopema. Secretária-Executiva/Anne Lima:** explica que há dois protocolos correndo
470 sobre a região, uma sobre habitação e outra sobre energia elétrica. **Dulcinéia/SETI:** afirma que há
471 possibilidades de encaminhamento para a pauta, mas precisam de uma atenção a essa instalação nas
472 comunidades indígenas porque são regiões que tem morro e outras coisas que dificultam a chegada
473 do sinal. Precisa ser uma instalação adequada, que funcione. Pode ser analisado o projeto do
474 Internet Para Todos, mas tem um projeto estadual da COPEL. **Miguel Alves/Etnia Kaingang:**
475 afirma que foi feita a instalação da internet do programa federal em sua região e não funcionou,
476 tiveram que custear uma internet privada. **Dulcinéia/SETI:** fala que a Ligga, da COPEL, é uma
477 empresa privatizada, mas tem essa função de prestar serviço para o Estado. **Claudir/SUDIS:**
478 questiona se há algum território que possam usar de referência. **André/SESP:** se pronuncia por
479 meio do *chat*: “O programa Internet para Todos é uma ampliação do GESAC, Programa Governo
480 Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão, responsável por conectar à internet escolas,
481 hospitais, postos de saúde, aldeias indígenas, postos de fronteira e quilombos em áreas remotas que
482 não têm outro meio de serem inseridas no mundo das tecnologias da informação e comunicação.
483 Para participar do programa, os municípios deverão firmar um termo de adesão com o MCTIC, no
484 qual indicarão as localidades para atendimento. Esse termo define as obrigações do município,
485 como a garantia de infraestrutura básica para a instalação dos equipamentos de conexão. Os
486 moradores das localidades indicadas pelos municípios terão a oportunidade de contratar serviços de
487 conexão à internet oferecidos por empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, que serão
488 credenciadas pelo MCTIC a partir de janeiro de 2018. Essas empresas poderão prover elas mesmas
489 os serviços ou trabalhar em parceria com provedores locais para a sua efetiva disponibilidade.”
490 **Miriam/SEAB:** fala que o Programa está sendo discutido na SEAB. Pode se informar mais a
491 respeito, pois é justamente para lugares mais isolados. **Secretária-Executiva/Anne Lima:** sugere
492 encaminhar em duas frentes e após obter mais informações dar continuidade. **Daniela/IBAMA:**
493 sugere tentar via município também, pois ele pode ter uma expertise maior. **Encaminhamentos: 1.**
494 **oficiar o Programa Internet para Todos solicitando informações a respeito da possibilidade de**
495 **instalar a internet na TI de Sapopema; Oficiar a COPEL, questionando se há possibilidade da**

91
92
93
496 LIGGA instalar a internet na TI de
497 Sapopema; Oficiar o município questionando se há possibilidade de instalar a internet na TI de
498 Sapopema; Miriam/SEAB ficou de investigar mais a respeito do Internet para todos e trazer
499 informações.
500 **Pausa para o almoço. Retorno às 13h30. Secretária-Executiva/Anne Lima:** realiza a verificação
501 do quórum. Tendo ele composto, dá início à reunião. **Presidente - Miguel Alves/SEMIPI:** faz um
502 informe sobre a questão de Mangueirinha, que até a eleição do novo Cacique é necessário pausar
503 todas as ações do CEPI na TI. **Ivânia/SEMIPI:** informa que estão se organizando para fazer
504 reuniões periódicas com a SUDIS a respeito dos conflitos nos territórios para melhorar o
505 acompanhamento e resolução dessas questões. **Secretária-Executiva/Anne Lima:** fala que o
506 calendário das reuniões com a SUDIS está sendo definido e precisam de um representante. No
507 momento é o Miguel; questiona se isso se mantém. **Encaminhamento:** Presidente – Miguel Alves
508 será o representante nas reuniões periódicas com a SUDIS. **Pauta – Criação de Grupo de**
509 **Trabalho com foco em atendimento à criança indígena. Julyane/SEMIPI:** saúda a plenária e se
510 apresenta. É a primeira vez que participa do Conselho. Hoje está na assessoria da secretária
511 Leandre. Teve uma conversa com a SESAI em que foi apresentada a problemática de crianças que
512 são retiradas de suas famílias e Territórios, muitas vezes pela questão da fome que assola os
513 Territórios. São situações que retiram a criança pelo contexto da miséria, o que é uma outra
514 violência. Muitas vezes, há essa retirada sem qualquer suporte da família, e, depois,
515 acompanhamento para o retorno dessa criança à família, pois tem toda a questão cultural que
516 envolvem essas crianças. A demanda chegou à Secretaria e passaram à Diretoria para que seja
517 discutida pelo Conselho, pois ele é esse espaço de construção da política pública. Acionaram
518 também o Conselho da Criança e do Adolescente, o Conselho de Justiça e outros órgãos judiciais.
519 Destaca as complexidades de discutir a pauta e de comunicar essas questões a todos os Territórios.
520 Pede uma manifestação do Felipe a respeito considerando a experiência dele com a questão.
521 **Felipe/SEMIPI:** saúda a plenária. Afirma que pensaram na formação desse Grupo de Trabalho para
522 lidar com as questões. Pontua dois casos para exemplificar como tem sido o trato desses casos em
523 âmbito judicial e executivo: em 2024, houve uma demanda judicial na região de Nova Laranjeiras,
524 que não tinha relação direta com criança e adolescente, era sobre violência contra a mulher. Ele teve
525 contato com uma situação dramática que estava tendo a filha retirada por conta de uma doença
526 respiratória; a mãe falava apenas *Kaingang*, não falava português e entendia muito pouco do que
527 estava acontecendo. Tinha também a questão do despreparo dos agentes do município, o que
528 desenrolou toda a situação. Conversando com as pessoas, ficou evidente que as assistentes sociais e

97
98
99
529 o Conselho Tutelar não têm preparo
530 para lidar com essas situações. Em nível nacional, a Associação Brasileira de Antropologia faz o
531 acompanhamento desses casos, tem várias questões no Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.
532 Eles têm feito ações de formação da base com os agentes que lidam com esse tipo de cenário, pois
533 muitas vezes não há uma formação específica de comunidades indígenas de assistentes sociais. Esse
534 foi um dos casos mais dramáticos; inclusive, a comunidade acreditava que se a criança fosse
535 entregue, ela não retornaria, pois nesses casos há um trato de não passar qualquer informação para a
536 comunidade, o que afeta a família. Isso tem relação com o próprio processo da Justiça, de não fazer
537 esse procedimento. Eles tiveram também um relato do CIMI, mas há também o caso de jovens
538 *Kaingang* que foram apreendidos e o município não soube lidar com essas pessoas que não falavam
539 português; foi necessária comunicação com o juiz da comarca para levantar essas questões e que
540 fossem tomadas ações nesse sentido. Foi necessário fazer o laudo antropológico para apurar a
541 questão. Aparentemente, há estados do Brasil mais avançados nessa questão, mas o Estado do
542 Paraná tem um vácuo nessa atuação de acesso à justiça para povos indígenas. Afirma que seria
543 muito proveitoso se o Conselho estabelecesse um fluxo, uma diretriz de como lidar com esses
544 casos. Frisa a importância de envolver outras Secretarias para que elas se comprometam a passar a
545 mensagem às suas bases. Fala que existem normativas a respeito, mas a dificuldade é a
546 comunicação com todos os agentes do serviço público. **Juliane/SEMIPI:** fala que fizeram essa
547 pesquisa ampla de normativas e legislações a respeito, mas há essas dificuldades na prática, pois
548 têm profissionais que não possuem esse entendimento, muitas vezes, pela alta rotatividade no
549 serviço público, o que é um problema generalizado. Diz que está no Estado há 20 anos e trabalha
550 em várias políticas. Existem as diretrizes, mas o problema está em ter o acesso do servidor “da
551 ponta”: muitos não têm formação Superior, quem dirá o conhecimento específico da pauta. A
552 proposição para trazer essa prática é fazer esse compilado das normativas que já existem e montar
553 um passo-a-passo de formação profissional, de toda a rede, para direcionar a atuação do
554 profissional. Esse protocolo de atendimento deve ser prático, nortear a atuação do pessoal, o que
555 não substitui a formação periódica e constante da participação, é para garantir um fluxo da rede de
556 proteção. A proposição é o Conselho dar anuência a esse Grupo de Trabalho. Ele deve ser composto
557 por diversos órgãos e representantes da sociedade civil, com início, meio e fim, pois tem o objetivo
558 de entregar esse produto. Comenta a importância do Conselho produzir esse produto, sendo um
559 Conselho novo, recentemente instituído, e ele pode fazer e aprovar esse documento, que pode ser
560 referência dentro do Estado. Isso será direcionado a todos os órgãos, que deverão cumprir com
561 essas medidas. **Felipe/SEMIPI:** transmite um áudio enviado pelo Neoli sobre a questão. **Neoli:**



562 saúda a plenária. Afirmar ser um tema
563 importante. Sua vontade é que definam uma abordagem em relação às crianças e adolescentes nas
564 terras indígenas; enfrentam problemas de negligência, agressão, mas o Conselho tutelar, muitas
565 vezes, não faz da maneira correta; às vezes, ele vai e tira a criança e, quando ela volta, já não
566 consegue mais se adaptar à realidade da aldeia. Esse GT é para que a comunidade indígena possa
567 participar dessa formação. Frisa também a importância de ter pessoas indígenas no Conselho
568 Tutelar, mas muitas vezes isso não resolve o problema. Daí se dá a necessidade do protocolo.

569 **Presidente - Miguel Alves/SEMIPI:** fala que não possuem uma política estabelecida para lidar
570 com essas situações, que são novas ao Território. É muito complexo lidar com as comunidades
571 indígenas, pois há questões culturais, limites que existem dentro do regimento interno do Território;
572 eles têm crianças que estão sendo abordadas indevidamente pela questão do preconceito; tem
573 acontecido na região de Santa Helena. Há uma falta de conhecimento das questões culturais e as
574 formas estão acontecendo de forma equivocada. Tem questões que não é só política; tem a questão
575 da alimentação, que, se não tem dentro do território, os pais precisam sair para vender o artesanato e
576 a criança vai junto para essa comercialização – em muitas ocasiões, a criança é recolhida por isso.
577 Pensa que é um pontapé inicial muito importante, mas precisam saber como vão construir essas
578 políticas; isso precisa ser feito com muita cautela, pois eles sofrem as consequências no Território.
579 Precisam conhecer bem as realidades dos Territórios para ter uma abordagem adequada. **Cacique**
580 **Gabriel:** saúda a plenária e se apresenta. Hoje estava pensando sobre as questões com o Conselho
581 Tutelar e a aldeia. Hoje, eles têm as leis internas na aldeia: se um aluno bate em uma aluna na
582 escola, como lidam com a questão, com a lei interna ou o Conselho [Tutelar]. Eles têm a questão
583 também do casamento entre adolescentes, muitas vezes com 15, 16 anos; alguns querem casar e
584 ficam nessa questão, se podem ou não fazer, para não sofrer represálias. Porém, muitas vezes fazem
585 esse casamento porque, quando tem o casamento, a pessoa tem acesso aos medicamentos para
586 prevenção da gravidez; sem esse casamento, ela corre risco de engravidar; somente após três anos,
587 quando já estão mais velhos, que liberam parar o uso do remédio. **Presidente - Miguel**
588 **Alves/SEMIPI:** pelo desconhecimento da cultura indígena, muitas vezes, têm esses ataques às
589 lideranças indígenas por conta desses casamentos. Outra questão é que, dentro dos Territórios, é
590 preciso sempre vir acompanhado de um intérprete, pois muitas pessoas não entendem o português.

591 **Everton Cipriano/Etnia Kaingang:** frisa a importância da formação dos conselheiros tutelares,
592 para que eles entendam a lei interna. Tiveram um caso em Chopinzinho em que um menino de 16
593 casou com uma menina de 13. O Conselho [Tutelar] chegou lá massacrando o menino e foram pra
594 cima do Cacique também, ele é responsável pela aldeia e responde pela questão. Muitas vezes, o

595 Conselho [Tutelar] chega, pegam

596 informações de pessoas que falam muito pouco português, fazem o relatório deles já indicando
597 acusação. Afirmam que estão aqui para construir uma política pública para os indígenas. Frisa que
598 muitas pessoas aqui precisam pisar no chão da aldeia, conhecer as leis internas de como funciona a
599 comunidade. **Felipe/SEMIPI:** afirma ter bastante casos desse tipo. A maioria dos casos é quando a
600 adolescente de 12, 13 anos vai ter um filho no hospital e a equipe faz a denúncia. Mas quando chega
601 na aldeia, vê que o marido também tem mais ou menos a mesma idade e não é bem o que parece
602 ser. Essas peças de relatório muitas vezes são copiadas e coladas, mas ignora toda alteridade, a
603 diferença dos Territórios. **Cornélio Veryvy/Etnia Avá-Guarani:** relata um caso que aconteceu
604 com ele. Foi intimado pelo Ministério Público por conta de sua filha. Ela tem 12 anos e estudava na
605 escola pública estadual. Ela estava sendo atendida pela psicóloga do município e foi induzida a dar
606 um falso relato. Ficou muito indignado com a questão, passou por um momento muito difícil. Foi
607 até a delegacia para dar depoimento, pois foi feito um relatório da psicóloga alegando a fala da
608 filha, quase foi preso pela questão. A mãe da filha dele tirou ela da escola e levou para morar no
609 Paraguai, por medo de ter a criança tirada dela. Afirmam que eles têm uma cultura diferente: quando
610 a criança é recolhida, passam por uma situação que não conseguem ter noção. Depois disso, a filha
611 do vice [cacique] passou exatamente o que ele passou, ela também foi encaminhada à psicóloga do
612 município e foi induzida a fazer um falso relato, igual ao da filha dele. De acordo com o registro, a
613 filha dele teria dito que quase foi abusada por um desconhecido e o pai dela saberia quem é. Afirmam
614 não saber o que estava acontecendo, ficou sabendo na delegacia e foi pressionado o tempo inteiro
615 pelo delegado, que, por diversas vezes, o acusou de fazer um falso testemunho e ameaçou dar voz
616 de prisão. Afirmou dizer que poderia ser preso, mas não iria mentir. Na sexta-feira, relatou o caso
617 ao Dr. Olympio, que está acompanhando a situação; relatou também ao promotor de justiça de
618 Santa Helena. No caso do seu vice [cacique], a filha dele foi recolhida e o relato foi exatamente o
619 mesmo. Questiona como duas meninas vão falar exatamente a mesma coisa. Afirmam que elas estão
620 sendo induzidas, pois as crianças indígenas têm esse costume de falar sim para todas as perguntas,
621 mesmo as que não entendem. Fez o relato na sexta, seu inquérito estava aberto. Depois, recebeu a
622 notícia de ter sido arquivado. Diz não saber como podem reagir diante de situações como essa,
623 acontece em muitos lugares em que pessoas são presas por falsas acusações. Fica triste, pois por
624 conta dessa situação a mãe se mudou com a filha, que estava bem e estudando. Fala que a esposa de
625 seu vice [cacique] está sendo pressionada pelo CREAS a fazer um boletim de ocorrência contra seu
626 marido. Fala que estão tendo essas questões em Santa Helena, com o conselho tutelar atropelando
627 sua cultura, pois muitas vezes as crianças vivem em situações diferentes e sofrem muita

115
116

117



628 discriminação. **Schirle/IAT:** dá o seu
629 depoimento, pois está há muitos anos no serviço público, sempre lidando com a questão indígena.
630 Diz que dentro da assessoria indígena procuraram falar sobre políticas públicas para população
631 indígena, e hoje há um Conselho de Povos Indígenas no Estado que foi conquistado. Afirma que
632 sabe o tamanho da responsabilidade da SEMIPI. Desde ontem estão discutindo a necessidade do
633 Plano Estadual de Povos Indígenas. Comemora o encaminhamento desse Plano; foi reforçado hoje a
634 necessidade dessas construções pelo Conselho. É preciso apontar a emergência da capacitação dos
635 conselheiros tutelares para prezar pela comunidade indígena do Paraná. **Encaminhamento: criação**
636 **do GT aprovada por unanimidade.** **Elaine Moreira/ABA:** se apresenta como representante da
637 Associação Brasileira de Antropologia. Agradece o convite e elogia a iniciativa. Agradece aos
638 relatos e afirma que a ABA tem acompanhado a discussão a nível de Brasil e coloca a Associação à
639 disposição para compôr o GT. **Eloy/Etnia Guarani:** questiona sobre a necessidade de isso ser
640 encaminhado e construído o protocolo rapidamente, com uma participação das lideranças e dos
641 territórios indígenas. Afirma que o Estado do Paraná precisa pensar a participação indígena,
642 inclusive nas Secretarias, nos Conselhos Tutelares, pois tudo isso é falta de presença indígena nos
643 espaços de construção de política. Eles vêm reiterando a necessidade da presença indígena nos
644 núcleos escolares, e assim por diante. Eles têm conselheiros tutelares despreparados, pois não há
645 presença indígena. Afirma que precisam fazer encaminhamento nesse sentido também. O CEPI/PR
646 não dá conta de todas as demandas; precisam ampliar essa presença indígena, inclusive falando da
647 Assessoria Especial para Assuntos Indígenas, que, há duas ou três reuniões, demandaram essa
648 reativação. **Presidente - Miguel Alves/SEMIPI:** fala sobre questões de visita aos Territórios, pois,
649 muitas vezes, quando o Cacique fica sabendo, as pessoas já foram e já voltaram; pegam
650 informações equivocadas de pessoas que não são liderança na comunidade. Em seu Território só
651 recebe visita de pessoas que marcaram com ele. Comenta sobre a fala do Cornélio, pois não é só
652 com o Guarani, o Kaingang também. Quando ele está na frente de uma pessoa não-indígena, ele não
653 responde a pergunta, só diz que sim, sem falar, e só chacoalhando a cabeça. Por isso, frisa a
654 importância do intérprete, principalmente na questão judicial. Mesmo eles que estão acostumados às
655 vezes ficam acanhados para falar algumas coisas, imagina os que não estão acostumados. Fala que,
656 muitas vezes, a pessoa vai fazer pesquisa na comunidade e acha que sai com as informações
657 corretas, mas não sai porque precisa saber fazer essa abordagem. **Everton Cipriano/Etnia**
658 **Kaingang:** faz um comentário a respeito da ocupação dos espaços. Relata que hoje, em muitas
659 escolas indígenas, há pessoas concursadas que ocupam o cargo de Direção, se tranca na sala e não
660 conversa com os professores que estão em sala de aula. Afirma que em sua escola acontece isso,

118
119
120

121
122

123

661 pois há questões que vêm de cima e

662 quem está na sala de aula precisa lidar. Também relata que hoje eles têm um caso similar a esse, de
663 um professor que está preso porque a assistente social foi falar com a pessoa e ela só falava “sim, é
664 verdade”; depois conseguiram uma pessoa que fala Guaraní para conversar com ela e explicar a
665 situação e ela falou que não tinha sido como a assistente social relatou, ela foi induzida. Reforça
666 que muitas vezes as assistentes vão nas comunidades e eles ficam reféns do Conselho Tutelar e do
667 CREAS. Relata ainda que recentemente foram na escola recolher um aluno seu, com o apoio do
668 conselho tutelar, e eles ficaram de mãos atadas. Afirmo que o encaminhamento do Grupo de
669 Trabalho tem que indicar a lei interna para os assistentes sociais, que eles trabalhem junto com o
670 Cacique. **Osmarina/CIMI:** fala que essa questão da ação do Conselho Tutelar tem que ser feito um
671 levantamento de casos em terras de todas as etnias para estudos. Aponta a importância da presença
672 da ABA para contribuir com esses encaminhamentos. Afirmo que NUPIER e MPPR pode contribuir
673 também. Reforça a necessidade da formação periódica dos conselheiros tutelares conforme as
674 eleições acontecerem, também de se compilar as legislações e documentos já existentes que possam
675 subsidiar a questão. Sugere, inclusive, que seja feita uma formação com os Caciques, pois muitas
676 crianças estão saindo da aldeia para estudar, e eles não conseguem saber o que acontece com elas
677 fora; qual é a dinâmica para trabalhar com as crianças indígenas e não-indígenas. Reforça a questão
678 da língua. Afirmo que poderiam aproveitar a presença da ABA para fortalecer a discussão.
679 **Juliane/SEMIPI:** agradece o apoio. Afirmo que o Estado nunca poderá fazer nada sozinho, pois
680 são pessoas no Estado que estão tocando as coisas. As pessoas que estão aqui hoje são pessoas
681 passageiras, como todos na gestão pública. Por isso, estão fazendo essa ação agora nessa janela de
682 oportunidade, pois hoje eles têm uma Secretária com um compromisso diferenciado pelas pautas
683 que são realmente de construção de política de Estado. Pontua que essa é a diretriz para todas as
684 Diretorias da SEMIPI; ela trouxe todas as políticas da Secretaria para ter mais relevância, não sendo
685 à toa que o Conselho saiu na sua gestão. Porém, estão cientes das problemáticas e das limitações.
686 Não existe possibilidade de resolver tudo, nunca. O Estatuto da Criança e do Adolescente, por
687 exemplo, tem mais de vinte anos e os problemas continuam – avançam e vencem em algumas
688 coisas, mas nunca esgota. Fala que seria essa mais uma oportunidade para debater essas questões;
689 ter o compromisso de focar na agenda, com um grupo de trabalho qualificado; ter esse protocolo
690 para ser aprovado pelo CEPI, que é uma instância maior. É possível fazer esse direcionamento de
691 todos os profissionais da rede de proteção e, sim, trabalhar com essa capacitação constante.
692 Comenta sobre o apontamento do Eloy, sobre a assessoria. Explica que o que eles têm como
693 entendimento da Assessoria Especial é que ela evolui para uma coordenação, que nunca existiu



124
125
126

127
128

129

694 antes. Hoje, existe uma coordenação

695 exclusiva dos povos indígenas dentro do organograma do Estado; uma assessoria é abaixo. Aponta
696 que, também por iniciativa da Secretária Leandre, houve a inserção de um representante como o
697 Cacique Miguel, que hoje compõe a equipe da Coordenação. Então, é um processo, um passo de um
698 compromisso assumido e concretizado. Ele não consegue representar todas as etnias, porém seria
699 impossível, a nível de Estado, inserir todas as representações. Por isso, existe o Conselho. Por isso,
700 também, que ele é uma instância superior que estabelece as políticas públicas no nível de Estado.
701 Afirma que, a respeito dos apontamentos feitos na reunião, pode ser colocado no horizonte do
702 Conselho elaborar outros protocolos para os diferentes entes do Estado, a nível de saúde, assistência
703 social, segurança. Relata que teve uma experiência em Nova Laranjeiras em que fizeram um
704 compilado das legislações e normas de atendimento do sistema de saúde a povos indígenas, pois
705 estavam tendo questões de colocar pessoas indígenas em situação de vulnerabilidade pelo município
706 entender que não era de sua competência fazer o atendimento. Fizeram, então, um protocolo para
707 sinalizar ao município que, sim, deveriam atender. Assim, atenuaram o problema, trazendo fluxo de
708 atendimento, pois dentro da política universal de assistência social precisa ser atendido. Afirma ser
709 um processo de diálogo, de construção para atenuar a problemática e não ser um “empurra-
710 empurra” de competências. Trouxeram os compromissos de cada Ente da rede, transporte, saúde,
711 assistência social. Afirma que eles têm muitas demandas. A situação de segurança alimentar, eles
712 têm conversado com a Diretoria desde que a Ivânia assumiu; estão trabalhando em um projeto, para
713 trazer ao Conselho, com um processo de garantia de soberania alimentar nos Territórios, mas
714 precisa ser um projeto robusto, pois a cesta básica é momentânea. É urgente quando se trata da
715 fome, mas não pode ser permanente. A segurança alimentar precisa ser construída de outra forma,
716 permanente, trabalhando o Território, a produção local, agricultura familiar. Estão cientes da
717 urgência. a Diretoria está trabalhando nesse projeto, mas precisam construir, elaborar, implementar
718 e, aí, vai se consolidar. Em cada vertente precisam trabalhar isso, pois sabem que trazer tudo na
719 reunião do Conselho não é suficiente, pois não vão vencer a questão no debate; se não houver
720 projetos, daqui a cinco anos a situação vai ser a mesma. Por isso, é importante focar em uma das
721 problemáticas; trazer as ações necessárias e implementar o protocolo será uma entrega do Conselho,
722 um legado deste Conselho, de quem compõe hoje esse Conselho. Solicita que seja feito o
723 encaminhamento para sair a deliberação desse grupo de trabalho para produção do protocolo, pois
724 cada tipo de demanda precisa ter essa abordagem. É interessante para as várias questões levantadas
725 que façam outros protocolos; por exemplo, a situação que o Miguel relatou, das pessoas que entram
726 no Território, é preciso fazer um documento, deixar escrito; se chega uma pessoa desavisada, você



130
131
132

133
134

135



136 pode utilizar. Se não for dessa

137 maneira, fica só na cabeça de cada um; ninguém vai saber o que foi debatido. Fala que os órgãos
138 sugeridos pelo Conselho podem ser inseridos. É preciso formalizar, instituir e dar publicidade ao
139 GT. Será feito um cronograma para a entrega desse protocolo a ser a aprovado pelo CEPI.

140 **Encaminhamento:** 1. GT de atendimento à criança indígena aprovado por unanimidade pela
141 Plenária e a publicação da devida deliberação; oficializar órgãos convidados ao GT; 2. montar
142 cronograma de trabalho do GT; 3. uma vez concluído, que o Conselho receba o documento para dar

143 aprovação. **Juliane/SEMIPI:** reforça a importância de constar no ofício de convite a deliberação do
144 Conselho pela criação do GT, para legitimação do mesmo. **Cauê Marques/MPPR:** propõe

145 aproveitar a oportunidade para enviar um ofício aos membros do GT discutido na última reunião,
146 junto ao Conselho Regional de Psicologia, para tratar das questões do oeste, afirma ser uma boa
147 ideia formalizar esse ofício convidando às reuniões e oficializando o GT. **Felipe/SEMIPI:**

148 questiona se seria pelo CAOP o GT. **Cauê Marques/MPPR:** afirma que pensaram em fazer assim,
149 pois o convite não havia saído pela SEMIPI, mas o ideal seria esse convite sair do Conselho e da
150 SEMIPI. **Secretária Executiva/Anne Lima:** informa que foi enviado o ofício relacionado ao GT e

151 estão aguardando resposta. **Ivânia/SEMIPI:** afirma que algumas deliberações estavam sendo feitas
152 de maneira um pouco diferente. É importante fazer um protocolo padrão dos dois GTs antes de sair
153 pela SEMIPI. É importante retomar e fazer um protocolo padrão. **Pauta – Fluxo de**

154 **encaminhamento dos protocolos.** **Ivânia/SEMIPI:** explica como era feito. O CEPI deliberava as
155 demandas e as demandas eram enviadas “picadas” para algumas Secretarias. Afirma que isso nas
156 Secretarias é difícil, pois acabam se perdendo, e para o CEPI também, pois fica difícil de

157 acompanhar. Sendo assim, vão criar um padrão de fluxo para ser mais assertivo e conseguir dar
158 *feedback* das demandas para os conselheiros. Fala que, por vezes, tem as demandas de
159 infraestrutura, por exemplo, da educação, tem várias “demandinhas”; precisam juntar todas essas

160 em um protocolo só. É difícil de organizar dessa maneira. Além disso, não sai pela SEMIPI, sai
161 direto do Conselho, o que dificulta a articulação. Por exemplo, estavam falando dessa demanda de
162 casas; estão reunindo todas as atas e “zerando” as demandas de coisas maiores; uma articulação da

163 própria Secretária com outro Secretário. Assim, podem ser mais assertivos. Sua preocupação é
164 fazerem essas demandas picadas e é difícil conseguir agendas com outros Secretários para
165 apresentar dessa maneira. Afirma ser um fluxo normal em todos os outros Conselhos da SEMIPI;

166 também fizeram uma pesquisa em Conselhos de outras Secretarias. Explica que o fluxo sempre será
167 assim: depois de saírem daqui, vão reunir todas as demandas, ver se há outras pautas que conversam
168 com outras secretarias e vão tentar organizar agenda, não apenas enviar ofício, mas também ligar.

136
137
138



Assim, é possível criar vínculos com

alguns nomes e dar esse *feedback*. Sempre vão mandar conforme estava sendo feito; é apenas para ter um número de protocolo como referência e fazer uma busca mais assertiva para marcar encontros com a Secretária, sempre convidando o Conselho. Pensaram nesse modo até para “elevar um pouco a régua” e trabalhar no mesmo nível dos outros Conselhos, o que é importante dentro da Gestão Pública, pois esse processo de articulação é bem complexo. É a possibilidade de fortalecer as pautas dos Conselhos. Assim, quando chegar no destino, sejam sempre pautas complexas mesmo. Afirma que vão trazer o material para que o Conselho entenda como funciona todo o processo. **Presidente - Miguel Alves/SEMIPI:** fala que, então, seria o caso de que, a demanda que chega no Conselho, não vai direto para Secretarias de estado, vai passar antes por outro lugar. **Ivânia/SEMIPI:** afirma que a demanda vai para as Secretarias; vão reunir e articular melhor. **Hayanne Iovanovitch/SEMIPI:** explica que a dúvida do Miguel seria se esses encaminhamentos do Conselho não vão mais direto às Secretarias, teria que passar pela SEMIPI, para depois ir à outras Secretarias. **Felipe/SEMIPI:** explica que não todos, essa é uma questão, pois alguns processos precisam ser qualificados. Para fins de exemplo, eles receberam um ofício dos estudantes indígenas solicitando apoio do Conselho para realização da Conferência Nacional dos Estudantes Indígenas, que vai ser realizada em Foz do Iguaçu no próximo ano. A solicitação feita é: apoio do Conselho para conseguir barraca, banheiro químico, refeições, pagar palestrante etc. O que acontecia antes: vinha ao Conselho, que não possui técnico, nem fundo, as duas coisas que precisaria para dar uma resposta adequada a quem está perguntando. Dessa forma, o Conselho manda para a Secretaria realizar um resposta, e demoraria três meses para discutir novamente a questão. O que a Ivânia está falando agora, que ele está tentando traduzir de maneira prática, é que esse tipo de demanda vai ser qualificada pela Secretaria; a Secretaria vai fazer um orçamento das solicitações e vai entregar para o protocolo antes de vir ao Conselho, já qualificado. Assim, a decisão a ser tomada pelos conselheiros presentes já vai vir qualificada para que a decisão seja tomada da melhor forma. Os ofícios que já são direcionados ao Conselho diretamente, como do MP, vão seguir direto ao Conselho. **Ivânia/SEMIPI:** afirma que consultaram esse fluxo em outros Conselhos e é um fluxo normal; eles sempre qualificam os encaminhamentos antes de mandar às Secretarias, e, quando o encaminhamento chega de outra Secretaria, também precisa ser qualificado. Mas nem tudo: quando sai daqui, o monitoramento é por demandas das atas; querem apenas uma lista mais estruturada, pois só na ata de reunião é difícil de organizar. Afirma que não vai ser enviado somente por e-mail: quando é de Secretaria para Secretaria colocam em ferramenta de protocolo; assim, melhoram o diálogo, controle e gestão da demanda. **Pauta – Uniformes**

145
146

147



793 **Escolares nas Escolas Indígenas do**

794 **Paraná. Presidente - Miguel Alves/SEMIPI:** afirma que nos colégios municipais conseguem
795 diferenciar quem é aluno por uniforme; nas escolas indígenas, não tem. Em seu Território fizeram
796 com recurso próprio. Sugere que seja feita essa solicitação. **Ivânia/SEMIPI:** afirma que pode ser
797 em forma de questionamento, pois às vezes tem o recurso, um projeto, ou a Secretaria não sabe da
798 demanda. **Ionara/SEED:** saúda a plenária. Afirma que, inicialmente, não possuem um projeto, mas
799 podem levar às chefias de departamento para um diálogo. Mas é importante que venha via protocolo
800 para que possam acompanhar. **Presidente - Miguel Alves/SEMIPI:** questiona qual o setor
801 específico para encaminhar o protocolo. **Ionara/SEED:** afirma que podem mandar ao departamento
802 de educação inclusiva (DEIN) e eles tramitam internamente. **Encaminhamento: ofício ao**
803 **Departamento de Educação Inclusiva (DEIN) – SEED, solicitando uniformes para todas as escolas**
804 **indígenas do Paraná.** **Pauta – Comunicação da saída do conselheiro suplente Célio. Secretária**
805 **Executiva/Anne Lima:** informa que foi comunicada a saída do conselheiro Célio, suplente do
806 Rivelino, na semana passada via *Whatsapp*. Então, precisam pensar o edital de substituição.
807 **Felipe/SEMIPI:** afirma já estar em processo. A comissão não se reuniu ainda; vão ter reunião na
808 sexta-feira. O edital está pronto, grande questão é: precisam se reunir para ler, fazer uma revisão e,
809 depois, vão trazer ao Conselho para aprovar. Serão cinco vagas para suplente, contando com essa
810 saída, e uma para titular, cumprindo com o aumento de vagas para etnia Xetá. Vai ser divulgado
811 amplamente. **Pauta – Levantamento Junto aos municípios dos recursos da lei Paulo Gustavo e**
812 **Audir Blanc. Eloy/Etnia Guarani:** explica que é bem simples. Ocorreram coisas bem pessoais
813 para eles. Gostaria de propôr que o Conselho procurasse saber como está a situação dessas leis, que
814 são incentivos para questões culturais nas comunidades. Precisam saber se todos os municípios
815 estão sabendo fazer, se todas as comunidades estão tendo acesso, se esse acesso é qualificado. Sabe
816 que uma delas possuem cotas; quer saber se essas cotas estão sendo acessadas por pessoas não-
817 indígenas, como está sendo o acesso para indígenas. **Felipe/SEMIPI:** indica que precisam montar a
818 pergunta de forma adequada, pois talvez não tenham os dados separados. **Everton Cipriano/Etnia**
819 **Kaingang:** informa que na lei Paulo Gustavo dez por cento das vagas são para comunidades
820 indígenas, só que o município faz editais próprios e, muitas vezes, colocam as bandas municipais
821 como proponentes dos projetos. As comunidades não acessam; quem teve acesso no Ivaí foi a banda
822 do Farofa: conseguiram comprar equipamentos, mas foi o município que determinou. **Josi/SEEC:**
823 se apresenta. Está representando a Secretaria da Cultura, mas trabalha no MUPA. Então, não
824 participou da formulação dos editais. Duas coisas que pode compartilhar: teve uma audiência
825 pública específica para povos indígenas para a Secretaria da Cultura se orientar em como

148
149
150

151
152

153

826 implementar essas leis; tiveram



827 representação de todas as etnias. A outra coisa é que o Ministério da Cultura faz o repasse de
828 recursos aos municípios, que é estabelecido conforme o número de habitantes, uma série de fatores.
829 Se o município não aplicar os editais, o recurso precisa ser devolvido; cabe ao município escolher
830 utilizar esse recurso. Por falta de vontade política, ou motivos técnicos, há muitos que não fazem o
831 edital. O que muitas pessoas indígenas fizeram ano passado foi acessar através dos editais do Estado
832 do Paraná, que também tem suas cotas. A SEEC orienta aos municípios que coloquem cotas às
833 comunidades locais, porém cabe ao município colocar ou não. **Ivânia/SEMIPI:** informa que estão
834 iniciando o repasse Fundo a Fundo do Conselho de Promoção da Igualdade Racial, e esses recursos
835 também são direcionados a pessoas indígenas, povos e comunidades tradicionais. Então, o
836 município que fizer parte vai ter recurso para aplicar a essas populações. Sugere questionar como
837 melhorar o acesso, a preparação do município e da comunidade nesses editais de cultura. Serão
838 cerca de quarenta municípios a receber o repasse. Foi um “trabalho de formiguinha” para promover
839 as políticas nos municípios, mas conseguiram fazer essa homologações. Estão fazendo como uma
840 visão de conscientização, pois muitos têm uma mentalidade assistencial; agora, estão explicando
841 que, quando você investe em uma comunidade indígena, isso é economia. Sugere fazer um trabalho
842 junto à SEEC, mas pontual mesmo; reunir esses municípios para fazer uma capacitação. Também
843 seria possível fazer capacitação nas próprias comunidades indígenas. Fez parte de um projeto em
844 que criaram uma plataforma de editais para o público jovem, onde eles podem entrar e acessar essas
845 informações de todos os editais que os têm como público-alvo. É possível tentar melhorar essa
846 comunicação com os municípios, promovendo formações. Estão fazendo esse trabalho nos
847 municípios que têm Territórios, fazendo esse levantamento. Afirma que esse recurso do
848 FUNDEPIR, do CONSEPIR, pode ser direcionado às comunidades indígenas, mas os municípios
849 precisam estar capacitados. Por isso, precisam fazer uma aproximação. **Miriam Fuckner/SEAB:**
850 afirma da importância de definir os projetos, pois tem edital para todo tipo de demanda. Seria
851 interessante que os municípios, as comunidades, tivessem uma carteira de projetos, pois os editais
852 passam rápido. Se for pensar em reunir a comunidade e fazer a capacitação antes, pode não dar
853 tempo. **Felipe/SEMIPI:** questiona se a demanda em questão não é apenas sobre levantamento de
854 dados. Nesse caso, seria de município para município. Se não, seria um caso de um ofício circular
855 para perguntar se eles têm esses editais e como está sendo distribuído os recursos. Sugere
856 comunicação à Associação de Municípios do Paraná, que é quem vai ter esse contato com todos os
857 municípios. **Eloy/Etnia Guarani:** informa que o objetivo é saber como está sendo o acesso das
858 comunidades, pois têm muitas que não ficam nem sabendo; perdem o edital e o município devolve

154
155
156



859 um recurso que poderia ter sido

860 aplicado. É um recurso que ajuda a comunidade, incentiva suas ações, fortalece grupos de mulheres
861 que trabalham com artesanato e assim por diante. É saber como essa entrega está acontecendo, se
862 está ou não sendo feito, se os dez por cento estão sendo suficientes; saber o que está acontecendo
863 com essas duas leis de fomento e se os indígenas estão tendo acesso, um diagnóstico. **Josi/SEEC:**
864 explica que, como o recurso é repassado pelo governo federal, a Secretaria de Cultura não tem
865 muito controle desses dados. Fala que a Secretaria oferece formações e orientações para ter cotas.
866 Tem também os Agentes Territoriais de Cultura, que são pessoas distribuídas entre as sete
867 macrorregiões do Paraná responsáveis por fazer a busca ativa. Quando um edital é lançado, esse
868 Agente Cultural tem que ir em todas as comunidades da macrorregião, se articular com as
869 lideranças, contatar as pessoas interessadas em se inscrever e “fazer o edital por ela”. Nesse caso,
870 eles pegam os documentos, preenchem no sistema. Às vezes é gravado o conteúdo cultural
871 oferecido pela pessoa e esse Agente faz a inscrição pela comunidade. É um modelo longe do ideal,
872 que seria o indígena ter autonomia para acessar, mas está sendo feito em todos os editais sendo
873 lançados. **Felipe/SEMIPI:** sugere ofício ao Ministério da Cultura pedindo os dados referentes ao
874 Paraná. **Josi/SEEC:** afirma que o Agente Cultural da região Centro-Sul, Nobert, tem uma dinâmica
875 de trabalho com os povos indígenas da região. Em uma articulação com a Pastoral Indígena em
876 Guarapuava foi criado o Coletivo Cultural Indígena do Paraná; é composto por representantes
877 Guarani e Kaingang, e esse Agente Cultural repassa ao Coletivo todos os editais que abrem;
878 também acolhe o que da Aldeia pode ser inscrito no edital. Aparentemente está em um processo de
879 fazer um portfólio da Aldeia para terem um repertório voltado a diversos editais. **Hayanne**
880 **Iovanovitch/SEMIPI:** sugere também encaminhar ofício à SEEC questionando quais são os
881 Agentes Territoriais de cada região, com informações de contato para divulgação. **Josi/SEEC:**
882 sugere chamar o Nobert para fazer uma fala e explicar a metodologia dele. **Fátima/Etnia**
883 **Kaingang:** relata como foi a experiência da sua comunidade com o agente. Começou com uma
884 reunião promovida pelo município para explicar as questões de edital à comunidade. A responsável
885 pela cultura da região foi com o Nobert na aldeia para apresentá-lo. Assim, ele já começou a
886 apresentar os projetos na aldeia, mostrar como fazia, o que podia entrar. Tem muitas pessoas que
887 têm interesse, geralmente os professores, mas por serem funcionários do Estado não podem acessar.
888 Ela conseguiu um edital para fazer a Casa do Artesanto Kaingang em sua aldeia, junto ao Coletivo
889 de Mulheres. Estão em articulação com o pessoal de Londrina também. Afirma que o agente está
890 auxiliando a eles entenderem o que é um projeto, pois não sabiam que existia esse tipo de verba.

891 **Encaminhamento:** 1. ofício ao Ministério da Cultura (Escritório Regional do Paraná) solicitando

163
164

165

892 quais municípios estão habilitados,

893 qual a porcentagem de PCTs no município e se dentro desses editais teve projetos indígenas

894 selecionados e quais foram; 2. ofício à AMP solicitando dados referente ao acesso a editais de

895 cultura por parte de povos indígenas; 3. ofício à SEEC questionando quais são os agentes

896 territoriais de cada região, com informações de contato para divulgação, posteriormente convidar os

897 agente aos CEPI para explicar como é a atuação deles. 4. uma vez que os dados chegarem, entrar

898 em contato com o MPPR solicitando que faça uma recomendação aos municípios para aderirem aos

899 editais e aplicar as cotas, incentivando o recurso da busca ativa às comunidades indígenas. Cauê

900 **Marques/MPPR:** afirma que após o recolhimento desses dados, o MP se disponibiliza a fazer

901 recomendações aos municípios que não aplicam as cotas a passar a fazê-lo. **Pauta – Criação do**

902 **Fundo do Cepi. Eloy/Etnia Guarani:** fala que é para fins de informe, pois já fizeram a solicitação

903 e não tiveram resposta. Precisam ter notícias para colocar o Fundo em pauta. **Felipe/SEMIPI:**

904 explica que há questões anteriores, pois, antes do Fundo, precisa ter o Plano; é um documento

905 essencial tanto para criação de Fundo quanto para a inclusão da Política no orçamento. Esse era um

906 dos grandes objetivos do Conselho: primeiro ter o Plano para, então, ter esse Fundo. Informa que o

907 Plano está em fase de produção em conjunto com a SETI. **Ivânia/SEMIPI:** afirma que os

908 municípios estão tendo o repasse do CONSEPIR, e em algumas localidades, a pauta das

909 comunidades indígenas pode ser mais trabalhada que a do negro, por exemplo. **Pauta –**

910 **Informação das inclusões das demandas indígenas na LOA e LDO. Felipe/SEMIPI:** explica

911 que, até onde sabe, o Mussi estava tocando isso e entrou de licença. Estavam tocando isso com a

912 ALEP, mas não tiveram continuidade. **Ivânia/SEMIPI:** afirma que essa demanda precisa de uma

913 articulação bem assertiva. Questiona como surgiu a questão. **Hayanne Iovanovitch/SEMIPI:**

914 explica que quem trouxe a demanda foi a SUDIS, tanto no CEPCT, como no CEPI. Teve uma

915 apresentação do Deputado Romanelli explicando como funciona a questão da LOA. **Eloy/Etnia**

916 **Guarani:** fala que o Mussi trouxe a questão do formulário a partir de uma provocação do CEPI, que

917 solicitou o Fundo. Ele compartilhou um formulário com os conselheiros para preencherem com as

918 demandas das comunidades. Inclusive encaminharam por uma reunião com o Deputado Romanelli,

919 por ele ser o responsável pelo orçamento na Assembleia, mas não teve continuidade. Entende que é

920 importante a Secretária estar junto, mas também precisam tocar, pois o risco é não assegurar nada,

921 inclusive, pro orçamento do ano que vem. Sem orçamento fica complicado. Estão nesse lugar de

922 muita demanda e pouco resultado por tudo isso; quer entender onde estão para poder pensar que

923 atitude vão tomar. **Felipe/SEMIPI:** afirma que para o ano que vem já fechou, precisam se organizar

924 para 2027. **Ivânia/SEMIPI:** informa que o Plano será entregue ainda no primeiro semestre do



166
167
168



925 próximo ano e podem se preparar para

926 fazer um cronograma para estar com os itens em ordem. Assim, podem articular na LOA.

927 **Claudir/SEMIPI:** informa que vai apurar as informações sobre o levantamento nos formulários e

928 repassar assim que possível. **Ivânia/SEMIPI:** solicita que os dados sejam compartilhados com a

929 SEMIPI. **Encaminhamento:** solicitar à SUDIS dados do formulário de levantamento de demanda.

930 **Pauta – Manifestação de interesse de participação. Secretária-Executiva/Anne Lima:** afirma

931 que foi um pedido por e-mail do João Francisco Ferraz de Lima. Ele pertence à Itaipu Binacional, é

932 assistente social e trabalha na área de Sustentabilidade Indígena. Solicitou participação como

933 convidado nas reuniões. **Encaminhamento:** aprovada participação de João Francisco Ferraz de

934 Lima da ITAIPU como convidado nas reuniões. **Pauta – Apresentação do Memorial de Atuação**

935 **Felipe Kamaroski. Felipe/SEMIPI:** faz uma contextualização. Está acontecendo a eleição para

936 Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Paraná. Está hoje na equipe SEMIPI como Governo, mas a

937 maior parte de sua atuação com povos indígenas foi com a Sociedade Civil: um tempo com a

938 ARPINSUL e depois com a ABA. Dentro da Associação Brasileira de Antropologia faz parte do

939 Comitê de Laudos Antropológicos, que atua na questão de acesso à Justiça para Povos e

940 Comunidades Tradicionais, mais focados em indígenas e quilombolas. Tendo isso em vista,

941 solicitou autorização para apresentar a pauta ao Presidente, solicitando que o CEPI faça uma carta

942 de recomendação a partir de seu memorial, que é uma tradução de tudo que aconteceu na vida

943 profissional da pessoa. Também vai fazer o pedido ao CEPCT. Faz sua defesa, se apresenta. É

944 antropólogo, cientista social com graduação e mestrado pela UFPR. Sua atuação desde 2021 tem

945 sido com indígenas em contexto de cárcere. Boa parte da sua pesquisa de campo foi em Rio das

946 Cobras e Ivaí. Um dos grandes pontos da pesquisa foi sua inserção dentro do contexto carcerário de

947 Foz do Iguaçu II. É o pavilhão de crimes sexuais em que tinham pessoas indígenas em contexto de

948 cárcere. Algo que levantou é que todos os seus entrevistados, sem exceção, não sabiam o nome do

949 advogado que estava cuidando de seu processo. Três deles não tiveram acesso à intérprete e não se

950 consideravam falantes fluentes do português. Fez duas denúncias ao longo dos anos, uma na ALEP,

951 que foi acolhida pelo Tadeu Veneri, através do Comitê de Direitos Humanos. Fizeram uma

952 audiência pública na qual fez uma fala apresentando os casos. Especialmente, em um caso, fez um

953 trabalho conjunto com um colega, também antropólogo, Florêncio, da etnia Kaingang. Se tratava de

954 uma pessoa indígena que desapareceu dentro do sistema penal e aparecia no site em duas

955 localidades diferentes. A família não sabia onde ele estava; a mãe não falava português e não sabia

956 fazer a carteirinha de acesso às unidades prisionais. Realizaram o trabalho de encontrar essa pessoa.

957 Na mesma ocasião houve um caso de assassinato com uma mulher Kaingang em que produziu seu

175
176

177



958 primeiro laudo antropológico. Foi a
959 primeira vez que a solicitação foi feita no Paraná. Dessa maneira, passou a atuar junto à ABA no
960 Comitê de Laudos Antropológicos. São comitês compostos por professores universitários. Afirmo
961 que foi o pesquisador mais jovem a integrar um comitê. É preciso um convite para isso. Na época,
962 houve uma falha de comunicação, pois ainda não tinha concluído o mestrado, o que era uma
963 exigência. Então, inaugurou duas frentes: o mais jovem e o primeiro a entrar sem mestrado. A partir
964 disso, começaram articulações em Brasília e, junto a Célia Xakriabá, articularam algumas ações.
965 Uma delas foi uma audiência pública para tratar a questão carcerária de povos indígenas a nível
966 nacional; participou como representante da ABA, ocasião em que apresentou como identificou o
967 momento em que pessoas indígenas sumiam no sistema carcerário. No momento em que a pessoa
968 está sendo registrada, o agente escreve o nome conforme como ele entendeu a fala da pessoa. Na
969 maioria dos casos colocam o indígena como pardo, e os dados oficiais dos povos indígenas
970 encarcerados não existem. Não sabem o tamanho do problema. Em 2023 entra na SEMIPI.
971 Escreveu o Plano Inicial da Conferência dos Indígenas. Foram em diversos Territórios para
972 confeccionar. Recentemente tem atuado no contexto de acesso à justiça para povos indígenas. Seria
973 essa sua defesa de memorial, pois seu papel como Ouvidor seria fazer uma ponte entre a sociedade
974 civil e a DPE. Comenta alguns cursos que ministrou para o Conselho da comunidade e outros
975 públicos. Atualmente está ingressando no Doutorado em Direito pela UFPR. **Presidente – Miguel**
976 **Alves/SEMIPI:** dá o seu apoio e afirma que seria importante que dessem novamente esse voto de
977 confiança ao Felipe. **Encaminhamento: aprovado o suporte do CEPI à candidatura de Ouvidor**
978 **do Felipe à solicitação por unanimidade. Cauê Marques/MPPR:** questiona como está sendo
979 feita a elaboração do Plano Estadual de Políticas Públicas para Povos Indígenas. **Hayanne**
980 **Iovanovitch/SEMIPI:** explica que os Planos são feitos com base nas Conferências Estaduais
981 realizadas; do CEPI em 2023 e do CEPCT em 2024. Delas saíram demandas e propostas pelos
982 delegados. A partir disso, precisam construir um Plano que mostra o resultado dessas Conferências.
983 Essa questão ficou parada por um período. Quando a Ivânia entrou na Diretoria, ela retomou e
984 conseguiram encaminhar. Estão na etapa de fechar o acordo de cooperação com a SETI; ela vai
985 definir uma equipe. A SEMIPI vai definir uma equipe e, quando esse acordo de cooperação for
986 celebrado, vão iniciar o estudo de como será a metodologia de confecção dos planos. Serão três
987 planos: da Igualdade Racial, dos Povos e Comunidades Tradicionais e dos Povos Indígenas. A
988 primeira entrega é prevista para ser o do Plano Estadual de Políticas Públicas para Povos Indígenas.
989 Sem dúvidas cada etapa vai passar pelo Conselho. **Cauê Marques/MPPR:** frisa a importância de
990 terem esse acompanhamento periódico para saberem o conteúdo e o que está sendo considerado.

178
179
180

181
182

183

991 **Hayanne Iovanovitch/SEMIPI:**



992 afirma que esse pedido pode ser levado à equipe para que seja previsto esse acompanhamento.

993 **Ivânia/SEMIPI:** afirma que as demandas precisam ser aquelas que foram apresentadas na
994 Conferência, não podem fugir disso. Então, as sugestões poderão ser mais para questão de estrutura.

995 Estão procurando ser realizado o mais rápido possível, sem perder a qualidade. **Felipe/SEMIPI:**

996 reforça que quem aprova o Plano é o Conselho, precisa passar por ele. **Cauê Marques/MPPR:** fala

997 que sua preocupação é com o prazo para que essas políticas entrem na LOA do ano posterior. Com

998 o acompanhamento periódico não correm o risco de precisarem fazer muitas alterações após

999 finalizado. **Adriano/Etnia Xetá:** questiona se o curso de conselheiros ainda vai ocorrer.

1000 **Ivânia/SEMIPI:** fala que sim, mas provavelmente no próximo ano. Podem apresentar o

1001 cronograma e a estrutura do curso. Estão articulando para ter o recurso garantido e realizar no início

1002 do ano. **Presidente - Miguel Alves/SEMIPI:** pede a palavra para fazer uma colocação aos

1003 conselheiros. Está notando uma defasagem, principalmente em relação aos conselheiros da

1004 sociedade civil. Quase não tiveram quórum hoje. Muitas vezes chegam as cobranças, mas os

1005 conselheiros também não estão muito a fim de participar. É importante sair essa convocação até

1006 para participarem mais, pois é um compromisso que assumem com a comunidade e eles têm a

1007 responsabilidade de levar as questões dos Territórios. Fala de serem abertos com a Diretoria em

1008 relação às dificuldades de acesso nos Territórios para viagem. **Felipe/SEMIPI:** avisa que a

1009 sociedade civil precisa definir um vice-presidente, eles tem que se reunir e indicar um nome.

1010 **Eloy/Etnia Guarani:** pede a palavra para ler um documento de lideranças que estão em Brasília

1011 fazendo a luta por questões territoriais e leis que os afetam. O documento é direcionado ao ministro

1012 Edson Fachin, que acabou de assumir a presidência do STF: “Excelentíssimo Senhor Ministro

1013 Edson Fachin – Presidente do Supremo Tribunal Federal

1014

1015 Ao parabenizá-lo pela eleição e posse na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF),

1016 nós, lideranças dos povos Xokleng, Kaingang, Guarani e Kaiowá dos estados de Santa Catarina, Rio

1017 Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul manifestamos nossa grande expectativa quanto à

1018 urgente retomada e finalização do julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365 (Tema 1031)

1019 contra o marco temporal.

1020 Com nossas famílias e comunidades, sofremos permanentes violações aos nossos direitos

1021 devido à incompreensível vigência da Lei 14.701/2023. A todo o momento somos questionados: por

1022 que o marco temporal está valendo se o STF decidiu pela sua inconstitucionalidade? Por que a

1023 demarcação das nossas terras não avança e até a homologação da TI Toldo Imbu teve seus efeitos

184
185
186

187
188



189

1024 suspensos por causa do atual impasse

1025 jurídico, se o STF já confirmou o caráter originário dos direitos dos povos indígenas? Então, a
1026 decisão do STF contra o marco temporal não valeu de nada?

1027 No Mato Grosso do Sul, a comunidade do tekoha Guyraroka, que teve sua demarcação
1028 suspensa pela Segunda Turma do STF em 2014 com base no marco temporal e aguarda há décadas
1029 pela demarcação, tem sofrido ataques diários contra sua retomada, inclusive enquanto estamos aqui
1030 em Brasília. Essa é uma realidade que aflige muitas outras comunidades em todo o país,
1031 vulnerabilizadas pela ausência de demarcação e proteção de suas terras.

1032 Mantemos plena confiança no STF e na decisão tomada pelo seu Plenário em 27 de
1033 setembro de 2023, quando, pela ampla maioria de 9 votos, firmou entendimento contra o marco
1034 temporal ao julgar o Recurso Extraordinário acima referido. Ao mesmo tempo, não conseguimos
1035 mais esperar.

1036 No entanto, nossas famílias e comunidades estão perdendo a confiança na nossa capacidade
1037 de liderança diante dessa situação incompreensível da vigência do marco temporal, por meio da Lei
1038 14.701/2023, mesmo após a decisão do STF em questão.

1039 Diante disso, por ocasião de sua posse como presidente desta Corte Suprema e no marco dos
1040 37 anos de promulgação da nossa Constituição Federal, que comemoramos neste próximo dia 05 de
1041 outubro de 2025, nos dirigimos mais uma vez, com imensa esperança, ao senhor, Ministro Edson
1042 Fachin, e a este STF e lhe pedimos que retome imediatamente o julgamento do Recurso
1043 Extraordinário 1.017.365 (Tema 1031), para que sejam esclarecidas as questões apontadas nos
1044 Embargos de Declaração e para que seja declarada a inconstitucionalidade da Lei 14.701/2023 nos
1045 termos do pedido feito pelo povo Xokleng.

1046

1047 Brasília, DF, 30 de setembro de 2025". A reunião se encerra com a entrega da carta em mãos ao
1048 Presidente do Conselho Estadual de Povos Indígenas do Paraná, Cacique Miguel Alves, e à Diretora
1049 da Igualdade Racial, Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, Ivânia Ramos.

1050 Essa ata foi lavrada por Ge Figueiredo, estagiária da Coordenação de Povos e Comunidades
1051 Tradicionais do Paraná, e revisada pela Secretária-Executiva do Conselho Estadual dos Povos
1052 Indígenas Anne Lima.

1053

190
191
192